

OS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULOBOLETIM Nº 1 DO GRUPO DE TRABALHO

Por ato de outubro último, o Governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto instituiu na Reitoria da Universidade de São Paulo um Grupo de Trabalho destinado a estudar as atuais condições do ensino superior paulista e a verificar a situação dos núcleos populacionais do Estado, "principalmente nos seus aspectos culturais, demográficos, econômicos e profissionais". Formado inicialmente por seis professores da Universidade, esse organismo vem funcionando com a participação de apenas cinco de seus elementos (srs. A. Almeida Júnior, Michel Pedro Sawayá, Antonio Augusto Soares Amora, Oscar Bergstrom Lourenço e Helió Lourenço de Oliveira), aos quais, na medida em que a área das pesquisas se dilata, entram de boa vontade a prestar auxílio altos funcionários estaduais ou autárquicos, diretores ou professores de escolas de grau superior e não poucos representantes de entidades de classes. O programa inscrito no ato governamental abrangeu, como devia, todos os setores de interesse para a formulação do plano de desenvolvimento do ensino superior, tendo em vista sobretudo a expansão econômica e cultural da comunidade; de sorte que o reduzido Grupo de Trabalho, se houvesse de executar à risca sua tarefa, deveria requisitar recursos financeiros que o habilitassem a locomover-se dentro do Estado e precisaria convocar em sua ajuda uma equipe de especialistas. Mas, operando dentro de limites estritos de tempo, sem dispor de auxiliares próprios e sem que nenhum de seus membros se afastasse das respectivas funções oficiais, teve que circunscrever seus propósitos tão somente aos fatos mais salientes ligados ao problema. Tais fatos, já agora em grande parte recenseados e submetidos a exame, irão sendo apurados e divulgados a partir da presente data. O Boletim nº 1, hoje apresentado, exporá, em resumo, a situação estatística dos profissionais da medicina.

Est. 2
B. 8
Sar. 4

1. Os médicos no Estado: proporções e procedência

A proporção de médicos em relação ao total de habitantes do Estado de São Paulo, tem crescido em ritmo que podemos qualificar de acelerado. É o que se observa através do confronto retrospectivo correspondente ao período de quatorze anos iniciado em 1º de janeiro de 1947 e encerrado em 31 de dezembro de 1960. Eis o incremento verificado:

Em 1947 havia um médico para 1 800 habitantes					
- 1953	-	-	-	- 1 649	-
- 1954	-	-	-	- 1 643	-
- 1955	-	-	-	- 1 621	-
- 1960	-	-	-	- 1 400	-

Os dados referentes à população geral são os do censo nacional de 1960, que atribuiu ao Estado de São Paulo 12.874.088 habitantes (resultado, aliás, ainda sujeito a retificações). O total de médicos, e bem assim a distribuição destes pelos 505 Municípios paulistas, foram apurados em face das inscrições no Conselho Regional de Medicina, cujo registro, rigorosamente obrigatório, deve alcançar a universalidade dos profissionais em exercício dentro dos limites do Estado (suspeitando-se, todavia, que haja algumas omissões). Confrontando os algarismos do Conselho Regional com os da Diretoria do Interior da Secretaria da Saúde, e feitas, graças ao confronto, várias retificações que aproveitarem às duas entidades, alcançou-se, em relação a 1960, o total de 9 192 médicos no Estado, a cada um dos quais correspondem , como se viu na relação acima, 1 400 habitantes. Essa taxa de 1/1.400, agora verificada, excedeu em muito à previsão expressa em junho de 1956 no Parecer n. 19 do Conselho Estadual do Ensino Superior, Parecer que, ao comentar a progressão até então assinalada, declarava ser "lícito esperar para 1960 , no Estado, a proporção de um médico para 1.521 habitantes". Se de então para hoje a população bandeirante continuou a crescer - e a crescer com o ímpeto que a tem caracterizado nestes últimos decênios - o efetivo de profissionais da medicina aumentou, de sua parte, em ritmo ainda mais acelerado.

O fato é que a assistência médica "genérica", no Estado, que em 1947 era ainda "mediocre", já em 1955 se aproximava do "bom", em cuja faixa penetrou francamente em 1960. Eis, a propósito, uma tabela usual:

<u>Qualidade da assistência</u>	<u>Relação médica p/hab.</u>
Ótima	1/1000 ou menos
Boa	1/1101 a 1/1600
Mediocre	1/1601 a 1/3300
Péssima	1/3301 ou mais

Acrescente-se ainda que, como se verá, êsse nível já atingiu a marca do "ótimo" em relação a seis Municípios (encabeçados pelo da Capital) - Municípios cujas populações representam, em conjunto, 34,5% da população Estado, isto é, mais de um terço desta.

2. As origens dos nossos médicos

De onde vieram os médicos que, a partir de 1956, se inscreveram no Serviço de Fiscalização Profissional de nosso Estado? É importante sabê-lo, pois a êles é que se deve a expansão súbita, e de proporções inesperadas, que sofreu durante o quinquênio o quadro paulista daqueles profissionais. A êsse respeito encarregou-se de prestar informações minuciosas a Chefia da referida Fiscalização, mostrando que durante o quinquênio alí se inscreveram 2.290 médicos, assim discriminados segundo as sedes escolares em que se diplomaram:

a) diplomados no Estado de São Paulo ...	1.070
b) diplomados em outros Estados	1.191
c) diplomados no estrangeiro	<u>29</u>
<u>Total dos inscritos no quinquênio ...</u>	<u>2.290</u>

Os inscritos mediante diploma de São Paulo correspondem por certo, na quase totalidade, às cinco turmas formadas de 1955 a 1959, ou seja, respectivamente, às cinco parcelas seguintes: 182, 227, 262, 231 e 225. Total: 1127.

Como os diplomas paulistas registrados no quinquênio foram apenas 1.070, pode-se admitir que 57 médicos desse grupo tomaram outros rumos. Quanto aos 1.191 titulares diplomados fora do Estado, o levantamento efetuado só discriminou as origens daquêles que se formaram em 1959 (inscritos em 1960). Eis o que se apurou: 118 estudaram medicina no antigo Distrito Federal (hoje Estado da Guanabara); 43 no Paraná; 27 no Estado do Rio; 25 em Pernambuco; 20 em Minas Gerais; 15 na Bahia; 4 no Rio Grande do Sul; 4 no Paraná; 2 no Ceará. Houve também, no mesmo ano, o registro de 9 diplomas estrangeiros devidamente revalidados. Total: 267. Se aêses 267 médicos formados fora de São Paulo, adicionarmos 250 titulares que se registraram com diplomas paulistas, ter-se-á o total geral de 517 novos médicos inscritos em 1960.

Impressiona à primeira vista verificar que as escolas dos outros Estados têm mandado para São Paulo, cada ano, mais médicos do que os formados aqui. Note-se, todavia, que São Paulo é, no Brasil, o único Estado que possui duas escolas médicas próprias, ambas na Universidade (a da Capital e a de Ribeirão Preto), além de subvencionar uma terceira, da Pontifícia Universidade Católica. Presentemente, segundo cremos, só o Estado da Guanabara tem também a sua Faculdade de Medicina. Dessa forma os profissionais que recebemos compreendem dois grupos principais; o dos que se formaram à sua própria custa, em escolas particulares, e o dos que estudaram à custa da União, que sustenta o respectivo sistema de ensino superior graças à contribuição de tôdas as unidades federais, inclusive São Paulo. Assinale-se ainda que só no quinquênio que estamos examinando se diplomaram nos cursos médicos paulistas 108 estudantes vindos de outros Estados, os quais aqui venceram com galhardia os apertados vestibulares das nossas escolas de medicina.

A circunstância realmente merecedora de atenção é a de entre os médicos formados fora, e que vêm clinicar aqui, figurarem cada ano muitos jovens nascidos em São Paulo: 103 em 1956, 128 em 1957, 135 em 1958, 124 em 1959, 115 em 1960.

Mas a simples inspeção dessa série de algarismos permite supor que a partir de 1958 o declínio já começou. Por outro lado, o fato de um paulista ter estudado em outro Estado e vir depois registrar o seu diploma em nossa Capital, não significa obrigatoriamente que o tenha feito por falta de vaga no seu Estado natal: há, como todos sabem, outras explicações para o fenômeno. Finalmente, os sessenta a oitenta lugares que talvez convenha acrescentar dentro de futuro próximo às faculdades médicas de nosso Estado, poderão obter-se através de pequeno aumento na lotação dos atuais institutos, desde que as suas Congregações concordem e que o Estado forneça os necessários recursos, inclusive para o eventual acréscimo de pessoal docente. É liás, o que estão fazendo países bem mais ricos do que o nosso; em vez de criarem novas faculdades, aumentam "moderadamente" a lotação das faculdades pré-existent, obtendo com isso maior rendimento dos edifícios, das instalações e do equipamento didático ou científico e aproveitando melhor o elemento almente qualificado que trabalha nesses estabelecimentos.

3. Índice municipal e índice regional

Como era de esperar - dada a universidade^{al} do fenômeno - os 9.192 médicos recenseados em 1960 pelo Conselho Regional estão distribuídos no Estado em proporções muito desiguais. Há municípios aparentemente platóricos e também os há sem médico nenhum. A crítica que esta situação desperta^{al} lude comumente ao egoísmo, senão à futilidade dos médicos, dizendo-se que eles preferem ficar na ociosidade dos grandes centros a trabalhar no desconforto dos vilarejos pobres. Existe, sim, um coeficiente pessoal na escolha do lugar para o exercício da profissão; mas neste caso, como em todos, pesam muito mais outros fatores. Tanto que não são poucos os médicos recém-formados, filhos de famílias arranjadas, que vão tentar a clínica em cidades modestas ou distantes, atraídos pela possibilidade de nelas exercerem dignamente a profissão.

E cremos que não se aponta em nosso Estado nenhum Município em condições de sustentar o médico, onde não se encontra pelo menos um profissional dessa categoria. Podemos ir além : desde que o erário público assegure, como em nosso Estado, um ordenado razoável e haja na localidade moradia decente e alimentação apresentável, até mesmo os Municípios sem recursos estão providos de médico.

As apurações parciais que fizemos (parciais por que só alcançaram reduzido número de Municípios) permitem estabelecer uma seriação demonstrativa, em que os índices locais se sucedem pela ordem crescente dos respectivos denominadores e, portanto, pela ordem decrescente na proporção de médicos. A fim de tornarmos menos compacta a enumeração, dividamo-la em três grupos:

I - Municípios com índices superiores à média geral do Estado: Ribeirão Preto, 1/568; Capital, 1/681; S. José do Rio Preto, 1/771; Santos, 1/781; Campinas, 1/803; Lins, 1/1014; S. José do Rio Pardo, 1/1063; Catanduva, 1/1151; Sorocaba 1/1162; Brurú, 1/1284; Marília, 1/1302; Jaú, 1/1388.

II - Municípios com índices entre a média geral e 1/1999; Araraquara, 1/1454; Presidente Prudente, 1/1567; Aracatuba, 1/1592; Botucatu, 1/1658; Guaratinguetá, 1/1694; Limeira, 1/1697; Barretos, 1/1718; Franca, 1/1789; Trubaté, 1/1839; Tupã, 1/1862; Assis, 1/1865; São Carlos, 1/1878; São José dos Campos, 1/9838.

III - Municípios de índices acima de 1/2000: Piracicaba, 1/2078; Rio Claro, 1/2627; Itapetininga, 1/2773; Santo André, 1/2947; Bragança Paulista, 1/3388; Mogi das Cruzes, 1/3833; Guarulhos, 1/9136; Cunha, 1/10923.

À primeira vista parecerá que nos Municípios do primeiro grupo os médicos estão sobrando, ao passo que em alguns do segundo e do terceiro já se manifesta a escassez. - Consideradas, todavia, as nossas condições econômicas, só haveria pletora nos primeiros se os seus médicos atendessem apenas à população residente. Mas não é o que acontece. Examina-se, por exemplo, o caso de Santos. Sua taxa de médicos

é generosa; 1/781. Se, porém, a êle reunirmos os Municípios de São Vicente (6 médicos) e Cubatão (nenhum médico), a taxa desce para 1/1091 - aliás ainda excelente entre nós. Muitos outros centros desse tipo ocorrem no Estado, os quais, com os Municípios que os rodeiam (e presente a facilidade de comunicações) integram verdadeiras "regiões médicas" dotadas de unidade funcional. À medida que os contactos intermunicipais se aperfeiçoam, à medida que melhoram as estradas e caminhos, os centros de região alongam os seus tentáculos, com evidente benefício para a qualidade da assistência. Desta forma, também se verifica que a escassez de médicos dos Municípios satélites é apenas aparente. Estudando sob esse aspecto a situação norte-americana (que exhibe como a nossa grandes contrastes municipais), o Dr. F.G. Dickson, autoridade em seu país nos problemas ligados à economia médica, adverte que, adotando-se o critério de "regiões", os desníveis se mostram muito menos pronunciados e por todo o território nacional se manifesta uma distribuição mais equitativa do trabalho médico. Entre nós, com as nossas más esferas e os nossos grandes vazios demográficos, estamos ainda longe dessa equidade. Contudo, a simples inspeção dos dados estatísticos, aliada ao exame da carta geográfica, permite caracterizar algumas áreas regionais. Uma delas é a da Capital, que alcança Guarulhos (índice fraco de 1/9136) , Barueri (índice fraquíssimo de 1/31275) e, ao que supomos , os Municípios do ABC, cuja densidade médica, relativamente, fraca para o desenvolvimento da zona, poderá explicar-se pela vizinhança da Capital. Mais para o interior se destacam como centros regionais, entre outros, o Município de Ribeirão Preto, o de São José do Rio Preto, o de Campinas. No litoral, o caso de Santos já foi mencionado. O que se conclui dessas verificações é que nem os grandes centros são tão plétóricos quanto parece, nem as localidades de índice deficiente sofrem, invariavelmente, de escassez de médicos.

4. Ordenação pelo número de profissionais

O número dos médicos de cada Município de nosso Estado, em 1960, começa por zero, sobe gradativamente até 253 (Ribeirão Preto), e, ao fim dá um salto gigantesco para 3.540 (Capital). Pode-se notar nessa progressão um certo determinismo, como procuráremos mostrar.

Há municípios sem médico. Em 1954 as comunas paulistas em tais condições, em número de 67, representavam 15,8% das unidades de então; os municípios de 1960 também sem médico, em número de 72, constituem 14,2% do total. Parece insignificante o progresso; mas não é, pois muitos dos municípios da nova produção legislativa nasceram prematuros; e uns poucos, de produções anteriores, são cronicamente enfezados. A sede de uns e outros tem por vêzes população inferior a 300 habitantes e, mesmo quando se abrange a população suburbana, o total fica frequentemente abaixo de 1000. A receita para 1960, dos municípios desta categoria, estava orçada, não raro, em menos de um milhão de cruzeiros, descendo em certos casos à quinta parte desse valor. São circunstâncias que, como se sabe, revelam a penúria econômica e a inexistência de condições mínimas para a fixação do médico. A distância, os maus caminhos, o isolamento social fazem o resto; e, ainda que o Estado intervenha com a sua subvenção (e isso de fato acontece), sobra sempre, afinal, um resíduo de localidades inaceitáveis. Como as condições demográficas e orçamentárias de dois desses Municípios nos dessem a impressão de que cada um deles poderia ter o seu médico, escrevemos aos respectivos prefeitos. Ambos responderam; os dois municípios estavam providos de médico, fazia então poucas semanas, sendo um deles funcionário do Estado, e particular o outro.

Examinemos englobadamente os outros casos. Verifica-se correlação positiva entre a população dos Municípios e o número de médicos que nêles residem. Para vinte das unidades onde havia um só médico, encontramos a média de 8.191 habitantes (sem grandes discrepâncias entre êles); para os

Municípios de dois profissionais a média foi de 9.732; para os de três foi de 12.922; para os de quatro, 14.101; para os de cinco, 18.090; para os de seis, 19.848. O crescimento da população faz aumentar, obviamente, o total de médicos. Mas esse total cresce mais depressa do que aquele, acarretando com isso progressiva redução na quota de habitantes por médico. Realmente, os valores acima correspondem aos seguintes índices: Municípios de um só médico, 1/8191; de dois médicos, 1/4866; de três médicos, 1/4307; de quatro, 1/3522; de seis; 1/2952. Cada médico que se fixa numa localidade como que acentua, em relação a êle, o poder de atração: uma nova lei de Newton.

Os coeficientes vantajosos, de denominador igual ou inferior à média geral do Estado, já denunciam o advento do reinado da especialização profissional, com suas virtudes e defeitos. Entre os médicos norte-americanos em atividade no ano de 1931, a proporção de clínicos gerais (inclusive com especialização "part-time"), era de 80,3%; a de especialistas "full-time" era de 15,9%. Mas em 1957 os clínicos desceram para 53,9%, os especialistas "full time" subiram para 41,4% ("Health Man Power Source Book", 1959).

Também na França está ocorrendo o mesmo fenômeno. Ali, como em muitos países, há zonas aparentemente ple-tóricas e zonas seguramente mal servidas; tanto que em 1948, ano em que o índice médico do país (1 por 1355 habitantes) era ligeiramente superior ao de hoje no Estado de São Paulo, havia umas poucas regiões privilegiadas (menos de 1.000 habitantes por médico), mas havia igualmente quinze departamentos em situação desvantajosa (mais de 2.000 habitantes por médico). A crescente ple-tora intensificou a formação de especialistas: êstes, que em 1954 representavam 27,0% do total de médicos da França, passaram em 1957 a 34,7% do mesmo total e em 1959 haviam atingido a 37,2% (informes do Bureau Universitário", proporcionados pelo Ministro Paulo Carneiro, nosso delegado junto à UNESCO.)

Esta tendência à especialização (que entre nós se exterioriza, por ora, com certa anarquia, a reclamar a ação dos órgãos disciplinadores da classe), ocorre sobretudo nos centros onde há clientela numerosa, em condições de retri

buir devidamente os serviços especializados; ao passo que nas pequenas povoações a proporção de clínicos gerais permanece a dos velhos tempos. Sabe-se que onde reinam os especialistas a perfeição técnica é maior; mas os críticos rezeiam que o novo regime reduza em demasia a figura admirável do médico de família, do "médico" propriamente dito, que cuidava, não apenas de um órgão ou de uma função, e sim da criatura humana integral.

O depoimento das estatísticas vitais

Vem melhorando rapidamente, no Estado, a estatística dos médicos. Estarão melhorando, também, as estatísticas vitais, indicativas da ascensão geral da saúde do povo? Não fossem as limitações de tempo e de pessoal especializado, com que funciona esta Comissão, poderíamos fazer nesse sentido uma demonstração circunstanciada, pois os dados primários existem, abundantes, graças às publicações do nosso excelente Departamento Estadual de Estatística. Limitamo-nos a pedir ao prof. Ayrosa Galvão, catedrático de Epidemiologia da Faculdade de Higiene e Saúde Pública (USP), que nos fornecesse três índices significativos daquela evolução.

O primeiro índice que o ilustre sanitarista nos proporcionou, refere-se à mortalidade infantil, cujo valor representa uma das melhores marcas do grau de progresso de qualquer país. Observam-se, por exemplo, os seguintes coeficientes daquela mortalidade, referentes aos anos de 1958 ou 1959; Suécia, 15,8 por mil; Suíça, 22,2; Grã-Bretanha, 22,5; Estados Unidos, 26,4; Israel, 30,2; França, 31,5; Japão, 34,6; Rússia, 40,6; Uruguai, 73,0; México, 80,8; Portugal, 88,4; Iugoslavia, 91,2; Formosa, 126,8; El Salvador, 137 ("Statistical Abstract of the UNITED STATES", 1960).

No primeiro quartel deste século esse coeficiente se mantinha, em nossa Capital, superior a 160, chegando mesmo em 1912 a alcançar 199. "Níveis não civilizados" - dizia-se por aquela época em face dos valores superiores a 100.

A situação melhorou bastante de então para agora. O coeficiente da mortalidade infantil do Interior do Estado, que em 1940 era de 187,51, (não ainda "civilizado") civilizou-se em 1959 para 89,96; e o da Capital, que em 1940 estava à altura de 134,91, caiu em 1959 para 68,03. É evidente, entretanto, que a marca da civilização deve ser colocada, doravante, em nível mais ambicioso.

Outro índice expressivo (e que se liga íntimamente ao anterior) é o da duração provável do indivíduo avaliada por ocasião do nascimento. Na Noruega, em 1955, era êle de 71,1 para o homem e 74,7 para a mulher. Em vários outros países (Estados Unidos, Canadá, Dinamarca, França, Israel, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, etc) está aquêle índice quase à mesma altura que o da Noruega! No antigo Distrito Federal brasileiro, alcançara o mesmo índice, em 1950, os valores de 49,8 e 56,0, respectivamente para o homem e para a mulher. Quanto ao nosso Estado, a duração provável da vida, que em 1949/51 era de 54,98 para o homem e 60,21 para a mulher, elevou-se em 1958, respectivamente, para 59,86 e 66,11, produzindo-se, portanto, um ganho de 4,88 em favor do recém-nascido do sexo masculino, e de 5,90 em favor do de sexo feminino. Num país como o nosso, em que a morte precoce tanto prejudica a população ativa, reduzindo-lhe a proporção e, conseqüentemente, enfraquecendo-lhe a capacidade produtiva, cada ano a mais, que se conquista na duração da vida, se reveste de grande significação econômica.

Finalmente, até mesmo a seriação das causas de morte vem assumindo no Estado de São Paulo uma fisionomia mais civilizada. Em 1945, tanto na Capital como no Interior, ainda se morria muito de "gastrite", "duodenite" e "colite", ocupando essa causa o primeiro lugar no obituário; mas em 1958 a categoria se deslocou para o terceiro lugar na Capital e para o segundo no Interior, passando as doenças do coração, em ambas as regiões, a figurar no início do quadro estatístico.

Pode-se, afirmar, portanto, que, em matéria de higiene e de saúde, a marcha do Estado de São Paulo, em conjunto, está sendo francamente progressiva.

Não só pelos médicos se combate a doença

Em "Problemas Brasileiros de Higiene Rural", livro que publicou em 1949, o prof. Samuel Pessoa - um dos mais autorizados sanitaristas brasileiros, e que conhece de convivência íntima os pequenos aglomerados humanos do interior paulista - vai lançando de capítulo em capítulo as bases de um programa de atividades, a ser desenvolvido pelo Estado em favor da saúde da população rural. Falou dos médicos, a respeito dos quais declarou que precisam ser levados até às regiões que os não possuem; mas aludiu concretamente à impossibilidade, que éle próprio encontrou, de retê-los, ainda que durante o curto período de experiências científicas, em povoações onde tudo falta. Os demais ítems do seu programa merecem referência sublinhada: a reforma agrária, destinada a fixar o homem e a detê-lo nas migrações que o impelem de sítio em sítio, de Município em Município, e o trazem, hoje, de norte para o sul, para o devolverem, amanhã, do sul para o norte. Reclamou a humanização da moradia rural, tão propícia até agora à difusão de doenças; insistiu pelo saneamento do meio, pela renovação das técnicas agrícolas, pela mecanização da lavoura - a fim de que melhore a produção e haja dose suficiente de calorias, de proteícos e de vitaminas na ração cotidiana da família do roceiro; exigiu a abertura de estradas, a faqilitação dos transportes, a formação de auxiliares técnicos e de enfermeiras sanitárias. Quanto aos médicos, admitiu que satisfaz o índice 1/1400 (o qual, como se viu, é o que possuímos presentemente no Estado). E deu à cooperação da professora rural o lugar de relêvo que lhe compete na estratégia da guerra pela higiene do homem do campo. Declarou então, textualmente: "a escola saneada e limpa e a professôra instruída em cursos práticos de higiene, constituem o eixo em tórno do qual deve girar o saneamento das zonas rurais". É um programa sólidamente alicerçado na observação e na experiência, e com a virtude de não ser unilateral, pois abrange a constelação dos principais fatôres deletérios que mantêm o regime de penúria em que vive a gente do campo de numerosos recantos paulistas.

Em verdade, não é somente pelos médicos que se combate a doença. Isso foi afirmado desde 1935 pelo prof. Pedro de Alcântara, catedrático de Pediatria de nossa Universidade, em livro dedicado ao estudo das causas da "Mortalidade Infantil", - livro cujo propósito (diz o autor) foi "demonstrar o caráter social do problema, procurando reduzir a suas justas e mesquinhas proporções o caráter médico que êle apresenta". E o que o pediatra declara com referência à mortalidade infantil, repete-o a respeito da saúde da população em geral", cuja assistência há de ser feita visando:

- a) às condições econômicas;
- b) às condições espirituais, pela difusão da instrução;
- c) às condições higiênicas, pelos trabalhos de engenharia, tais como serviços de água e esgotos, "de finalidade sanitária tão patente" (pág. 107).

A proporção de médicos, no Estado, atingiu em 1960 um nível que satisfaz e que melhorará ainda mais graças à produção anual das nossas quatro faculdades (susceptível de aumento) associada ao valioso contingente vindo de fora. Por isso, e salvo melhor juízo, a instalação de novas escolas médicas no Estado, além de dispensável por enquanto, tem o inconveniente de onerar pesadamente as finanças do Estado com verbas que terão melhor emprego se aplicadas a medidas de maior urgência, como as apontadas pelos dois ilustres professores citados acima: a instalação de boas escolas rurais, a formação de maior número de engenheiros sanitários, de enfermeiras e de técnicos para os serviços de saúde; a expansão da rede rodoviária e das obras de saneamento, a reforma da casa do homem do campo, e a intensificação da produção agrícola para que com isso se possibilite à família rural uma alimentação mais nutritiva. O lucro assim, alcançado, quer na ordem econômica, quer do ponto de vista espiritual, será muito maior tanto para o indivíduo como para a comunidade.

São Paulo, 8 de maio de 1961.

Prof. A. Almeida Júnior (Relator)

ERRATA:

Pág. 2-Linha 21: onde está "confrontando", leia-se "confrontados"
Pág. 5-I.3/1a.Linha: onde está "universidade" " " "universalidade"
Pág. 6-Última linha: on destá "cado", leia-se "caso"

Tanto que em 1960 o número de comunidades norte-americanas, que se beneficiavam com a mencionada medida, subira a 1932, abrangendo cêrca de 37 milhões de habitantes. Entre as cidades do total acima estão, por exemplo, Chicago, Filadelfia, Cleveland, Washington, Baltimore e São Francisco.

A aplicação tópica do flúor, embora mais trabalhosa que a fluoração das águas, também é eficaz.

Em nosso País, o tema da carência do flúor e sua correção foi abordado por vários higienistas de autoridade, um dos quais - o Dr. Yaro Ribeiro Gandra - lhe dedicou metuculoso estudo, em 1950, na Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Pôde então demonstrar que as águas que abasteciam as 335 cidades alcançadas por suas pesquisas (entre as quais as da Capital) eram tôdas, invariavelmente, deficitárias em flúor. Daí a elevadíssima proporção de cáries verificada nos escolares do Estado, proporção que alcança por vêzes mais de 90% dos dentes.

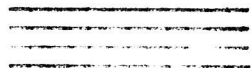
* * * * *

Como se vê, a higidez dentária da população não depende só do número de dentistas: o que equivale a dizer que não a conseguiremos com apenas criar novas faculdades de odontologia. Ao contrário, muitas outras medidas, de caráter geral, reclamam prioridade.

São Paulo, 14 de outubro de 1961

A. Almeida Jr. - Relator -

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR
GRUPO DE TRABALHO



OS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NO
ESTADO DE SÃO PAULO
BOLETIM Nº 2 DO GRUPO DE TRABALHO

AS CARREIRAS JURÍDICAS



Enderêço: Faculdade de Direito de São Paulo
Largo S. Francisco

Est. 2
8.2

~~8.8~~
8.4

OS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO

BOLETIM Nº 2 DO GRUPO DE TRABALHO

AS CARREIRAS JURÍDICAS

"TROPPI AVVOCATI!" - é o título do pequeno livro de Piero Calamandrei, publicado em 1920, no qual o conhecido processualista da Universidade de Florença, depois de afirmar a plethora de advogados na Itália de antes da primeira guerra, aponta os males resultantes daquele fenômeno. Os advogados de então, na Península, distribuíam-se, segundo Calamandrei, em dois grupos: uma escassa minoria formada pelos "que trabalham muito e ganham muito", e uma imensa maioria constituída pelos que, "não havendo logrado emergir da mediocridade" labutam desesperadamente "para matar a fome". E o autor adverte: "A existência desse proletariado forense, que piora de ano em ano graças ao aumento de seu efetivo, como um rio em enchente e cujas águas tanto mais se turvam quanto mais se avolumam, é a causa infeliz de todos os males da profissão". No elenco de tais males (diz ele) sobressaem "a deterioração moral da advocacia" e a sua "decadência intelectual", pois a plethora, se de um lado "estimula a litigiosidade e a má fé judicial", de outro constitui impulso para substituir o manuseio dos livros pela prática da chicana.

A que nível teria subido por aquê tempo, na Itália, a plethora denunciada por Calamandrei? Ele mesmo o responde, apoiado em dados comparativos, que menciona. Eis o índice de então, ou seja o número de advogados por cem mil habitantes de quatro países de organizações judiciárias muito próximas entre si: Austria, 18; Alemanha, 18; França, 26; Itália, 59. "A primazia dos italianos (conclui o autor) é aqui, infelizmente, manifesta".

Novos tempos, novos padrões

De lá para cá transcorreu quase meio século e, nesse interregno, duas trágicas conflagrações produziram na vida civilizada mudanças extensas e profundas, de caráter político, social e econômico. Devemos procurar, portanto, para

padrões de referência, estatísticas mais recentes. Essas estatísticas, fomos encontrá-las em dois países altamente representativos como amostras daquelas mudanças: a França e os Estados Unidos, cujos dados nos foram obtidos, respectivamente, pelo ministro Paulo Carneiro, nosso delegado junto à Unesco, e pelo Consulado Geral norte-americano de São Paulo.

Na França o número de advogados (inclusive os estagiários), e os respectivos índices por cem mil habitantes, têm sido ultimamente os seguintes:

1945 - 6.472 advog. ou 16,3 p.100 mil hab.
1950 - 7.440 - - 18,0 - - - -
1956 - 6.785 - - 15,7 - - - -
1958 - 6.933 - - 15,6 - - - -

E o "Bureau" Universitário Estatístico de Paris, ao fornecer os dados acima, acrescenta este reparo: "A Associação Nacional supõe que os efetivos permanecerão estacionários no decurso dos próximos anos, a não ser que as associações de advogados e sobretudo o desenvolvimento de especializações criem novas necessidades."

Mas vamos aos Estados Unidos, onde os efeitos do desenvolvimento e das especializações já se fizeram sentir com intensidade. Ali, a proporção de advogados, bastante elevada desde o século XIX (elevada segundo os padrões europeus), tem crescido quase sem interrupção. Eis os seus efetivos e respectivos índices em três anos distintos:

1920 - 122.517 advog. ou 115 p.100 mil hab.
1950 - 181.216 - - 120 - - -
1957 - 235.783 - - 136 - - -

Importa observar, entretanto, que os dados acima, referentes aos Estados Unidos, englobam todos os juristas, inclusive os inativos e também, em duplicata, os que, dentro da carreira, exercem dois encargos distintos. Feitas as deduções correspondentes a essas parcelas, o total de 1957 desce para 223.662 juristas, com a seguinte distribuição percentual, em números redondos:

Advocacia liberal	77%
Advocacia de partido	9%
Poder judiciário	4%
Servidores públicos	10%

Isto nos leva a concluir que em 1957 havia nos Estados Unidos cêrca de 192.500 advogados, dos quais 175.200,

aproximadamente, exerciam a advocacia liberal (a grande maioria em escritórios individuais, os demais reunidos em sociedade). Os restantes 17.400 trabalhavam por conta exclusiva em prêsas industriais, de instituições educacionais ou de outras entidades privadas. Sabendo-se que a população norte-americana, em 1957, fôra calculada em 171.229.000 habitantes, infere-se que o índice de advogados daquele país, no referido ano , foi, em números redondos, de 112 por cem mil habitantes. E, em contraste com a França, que em 1958 se julgava satisfeita com um índice sete vêzes menor, os Estados Unidos entendem, segundo alguns, que, "em virtude da progressiva complexidade da ordem econômica e social" , a demanda de serviços advocatícios tende a elevar-se ("Education for the Professions" - "Office of Education, Washington, 1955). Um dos fatores dessa tendência, é a diversidade do direito substantivo entre os quarenta e oito Estados federados, fato que obriga o advogado a especializar-se ou a trabalhar integrando-se numa equipe. Por êsse e por outros motivos, "parece duvidoso que se possa afirmar que nos Estados Unidos há excesso de advogados" -escreveu Harold Laski. Mas acrescentou, com base em inquérito de 1938, que êsses profissionais, ali, ganham pouco. ("The American Democracy, 1949, pág. 574). Nossos informes sôbre o assunto, mais recentes que os de Laski, contam que em 1950 a situação era a seguinte: 3,5% dos advogados classificavam-se como vivendo em penúria, pois ganhavam por ano menos de 1.000 dólares; 5,4% tinham rendimento considerado "estrito", entre mil e dois mil dólares anuais; e assim por diante, até os 28,1% , que, percebendo mais de dez mil dólares por ano, eram postos na categoria dos "abastados". A renda mediana dos advogados, no referido ano, foi de 6.257 dólares, superada, na classe dos profissionais liberais, somente pela renda dos médicos, que atingiu a 8.115 dólares. Tais informes constam do volumoso trabalho do Prof. Donald Bogue, "The Population of the United States", 1959, pág. 545. Mas, sôbre a fidedignidade das declarações de renda, pode haver sempre dúvidas.

Em resumo, para sopesar melhor a situação paulista (só paulista, porque no tocante ao Brasil em geral nossos dados são incompletos), temos diante de nós dois quadros mais ou menos atuais:

- 1ª) o da França - país densamente povoado, de índice elevado de população ativa agrícola ou industrial, culto e amplamente escolarizado, regido em tôda a sua extensão por um direito uniforme - com um índice de advogados igual a 15,6 por cem mil habitantes;

2º) o dos Estados Unidos - país que difere da França pela menor densidade demográfica, pelo ímpeto maior no desenvolvimento e pela heterogeneidade do direito que regula a vida interna de cada unidade federada com um índice igual a 112 advogados por cem mil habitantes.

Isto pôsto, passemos ao caso do Estado de São Paulo.

— 000 —

As carreiras jurídicas no Estado de São Paulo

Segundo a legislação vigente, qualquer cidadão brasileiro formado em faculdade de direito do país (ou mesmo em faculdade estrangeira, desde que revalide o seu diploma) pode candidatar-se em São Paulo a todos os cargos ou carreiras para cujo exercício se requer aquela formação. Isto porque os diplomas de escola superior, em nosso país, tem validade nacional. Em certos casos exige-se concurso de provas: para juiz de direito ou promotor público; para advogado do Estado ou delegado de polícia. Todavia, do bacharel que pretenda apenas advogar, nada é exigido a não ser a inscrição no quadro da respectiva Ordem, secção de São Paulo.

Em 1960 assim se distribuíam no Estado os titulares de cargos cujo provimento inicial se faz por concurso de provas: Magistrados, 364; membros do Ministério Público, 282; Advogados do Estado, 400; Delegados de Polícia, 594. Total - 1640. Não incluímos na relação vinte cargos de Juizes de Direito, quarenta de Advogados do Estado e 66 de Delegados de Polícia, criados recentemente mas ainda não providos.

Quanto aos advogados inscritos na qualidade de profissionais liberais, seu número não tem limites e vem crescendo de ano em ano. Eram 7.583 em 1957; passaram a 9.840 em 1960 - o que indica um acréscimo de 2.257 em três anos. Sabendo-se que o censo de 1960 atribuiu ao nosso Estado a população de 12.874.088 habitantes, (dos quais 3.792.496 na Capital) chega-se para São Paulo, naquele ano, ao índice de 76,4 advogados por cem mil habi-

tantes. Temos, pois, proporcionalmente, quase cinco vezes mais advogados que a França e mais de 56% do índice norte americano.

Os 9.840 advogados inscritos para o Estado distribuíam-se em proporções muito desiguais entre a Capital e o Interior: havia na Capital 7.393 advogados, ou 75,17% do total, embora o respectivo Município, segundo o recenseamento de 1960, tenha somente 29,45% da população total do Estado. Para o Interior, que possui os restantes 70,55% da população, sobraram 2.447 advogados, isto é, 24,45% dos inscritos na seção paulista da Ordem. Repetindo esses dados e pormenorizando um pouco a situação do Interior, eis a seguir a distribuição proporcional dos advogados pelas 174 Comarcas do Estado (entre estas não incluímos as que não foram ainda instaladas):

Índice de advogados por cem mil habitantes

Índice geral do Estado	76,4
Comarca da Capital	195,0
5 Comarcas de mais de 50 advogados	166,0
22 - de 50 a 21 advogados	41,1
21 - de 20 a 11 advogados	33,0
12 - de 10 ou 9 advogados	29,9
14 - de 8 ou 7 advogados	31,0
17 - de 6 ou 5 advogados	16,7
30 - de 4 ou 3 advogados	13,1
38 - de 2 ou 1 advogados	9,1
14 - de nenhum advogado	0,0

Observe-se que, à medida que se eleva o total de advogados das sucessivas Comarcas, eleva-se também (salvo ligeira discrepância) o índice desses profissionais por cem mil habitantes. Isto significa, como é obvio, que, guardadas as proporções, aquêle total aumenta mais rapidamente que o número de habitantes. Fenômeno análogo já foi, aliás, observado por nós em referência aos médicos (V. Boletim nº 1). Não é, portanto, só o volume da população que influi sobre o mencionado aumento: também a intensificação das relações sociais, a complexidade crescente dos negócios, e o maior vulto desses mesmos negócios (sem falarmos no poder atrativo dos centros populosos) exercem, no caso, um papel complementar.

Certas situações especiais devem estar concor-

rendo no sentido de anular ou enfraquecer o poder de atração de uma ou outra Comarca. Eldorado, por exemplo, o velho centro de mineração que foi Xiririca, o qual, segundo prognóstico de 1879, conteria em si "elementos de riqueza e progresso" para um "futuro brilhante" (Azevedo Marques) - é Comarca desde 1875, mas não residia ali, em 1960, nenhum advogado. São Bento do Sapucaí, Freguezia desde 1832, Vila desde 1858, Comarca desde 1890, estava em 1960 sem advogado residente. Cachoeira Paulista, Cananóia, Patrocínio Paulista, Piedade e Piracáia - todos sede de Comarca a partir de 1892 - não tinham advogado em 1960. Em idênticas condições se achava Palmital (Comarca desde 1944), além de Franço da Rocha, General Salgado, Matão, Monte Azul Paulista, Presidente Bernardes e Regente Feijó, que são Comarcas de 1953. Delas havia quatro, entretanto, que contavam, para cada uma com os serviços de um advogado provisionado, a saber: Palmital, Patrocínio Paulista, Piedade e São Bento do Sapucaí. (V. nota no final deste Boletim).

— 000 —

A plethora de advogados no Estado de São Paulo

Tem-se dito reiteradamente que há em São Paulo plethora de advogados. Alegar o fenômeno é fácil; mas prová-lo objetivamente, não é. Houve tentativas nesse sentido em vários países, segundo Calamandrei, que as resume. Na verdade o êxito não foi grande, pois os resultados de tais estudos se exprimiram através de médias entre valores destituídos de homogeneidade. Tanto que o mestre italiano, depois de referí-los, se limitou a formular este comentário: "Nas condições atuais da profissão, a "cause" representa para o advogado, não mais a matéria prima normal do trabalho profissional, e sim a raridade, a guloseima esquisita, o prêmio da loteria". Isto para a Europa Ocidental. Quanto aos Estados Unidos, as indagações ali efetuadas por Harold Laski (o mentor intelectual do laborismo inglês) levaram-no a concluir pela dúvida: não se sabe se há, ou não, excesso de advogados na Federação Norte-Americana.

E no Estado de São Paulo? Aqui, vários indí-

cios apontam no mesmo sentido - ou seja no da plethora - formando assim uma prova cumulativa. Para começar, confronte-se a nossa situação com a de país de análogo tipo de cultura e de análoga formação jurídica, como é a França. O "Bureau" francês de Estatística Universitária (citado acima) adverte que o índice de advogados, naquele país, se estabilizou há muitos anos em torno de 16 profissionais por cem mil habitantes, ao passo que entre nós esse índice alcança, presentemente, a proporção de 76,4 por cem mil, isto é, quase o quintuplo da proporção francesa. Será porque a França é um país já estabilizado, e São Paulo se acha, por ora, em fase de desenvolvimento? Duvidamos que entre duas comunidades - uma em desenvolvimento, outra já desenvolvida - seja aquela a que precise de maior número de juristas.

Outro elemento probatório de valor, é o testemunho dos advogados experientes. Ao acaso dos encontros ocasionais interrogamos algumas dezenas, entre os da Capital e os do Interior do Estado. Foram absolutamente unânimes em afirmar a plethora, embora vacilantes quanto à prova. Um deles - jurista até a raiz dos cabelos - achou fútil a pesquisa, pois "os fatos notórios" (disse, citando a lei) " independem de prova". Diversos exprimiram sua convicção mediante porcentagens, como é de uso entre os que pretendem fortalecer as respectivas avaliações: " - Só 30%, só 20% trabalham!" Em Comarca do Interior, o profissional apontado como o de maior clientela respondeu: "Aqui somos doze; mas só três têm de fato serviço; só esses três vivem de advocacia." Outro, da Capital, mas conecedor de certa Comarca do Interior, asseverou: " - Há ali cinco advogados que quase nada fazem e um que faz quase tudo." Dos advogados recentes é raro ouvir declarações de otimismo comparáveis às de um deles, formado há dois anos. Este, que instalou escritório na Capital desde a quarta série jurídica, já se julga vencedor." - Sempre me senti vocacionado!" - informou. E repetiu várias vezes o neologismo, que tem para êle, ao que parece, magia de palavra de estímulo. São maioria, entretanto, os que verificam logo aos primeiros meses que não estavam "vocacionados" - e desistem.

As tentativas de fazer carreira por parte dos "não vocacionados", ou o desânimo de muitos, antes mesmo de qualquer tentativa, levam grande número de jovens bacharéis a fechar para sempre os livros de direito e a cuidar de outra coisa. É interminável a lista destes deslocados, como escreveu em 1952 o relator deste Boletim. Donde haver por aí (dissemos então) bacharéis lavradores, bacharéis pecuaristas,

bacharéis negociantes, bacharéis gerindo fábricas, bacharéis professores de ginásio, bacharéis banqueiros ou bancários, bacharéis corretores de praça, bacharéis escriturários de repartição, bacharéis postalistas, bacharéis no Exército ou na Força Pública, bacharéis na Aviação, bacharéis nas agências de publicidade, bacharéis no teatro, no rádio, no futebol... De então para cá, graças aos informes colhidos em comemorações de formatura, novas posições ocupadas por bacharéis em direito podemos recensear: a de televisionista, a de inspetor de ensino, a de gerente de restaurante, a de balconista de botequim, a de oficial de justiça, a de palhaço de circo (dois pelo menos, aliás excelentes!), a de caixeiro viajante, a de bibliotecário ... Todas as profissões são dignas, desde que exercidas com honestidade: mas é anti-econômico, e por vezes é também cruel preparar um jovem durante cinco anos para a advocacia ou a magistratura e, ao fim do curso, dizer-lhe: - Não há serviço para você! Enrole o seu diploma e vá cuidar de outra coisa.

Dois indícios ainda, referidos por Calamandrei, não são desconhecidos em nosso meio: o apêlo à assistência financeira e as infrações da ética profissional. Os que aludem a este último indício (mencionado, aliás, não somente por advogados, mas também por juizes e promotores) pintam com tintas sombrias o quadro respectivo; mas entendem que nesse setor a apuração dos fatos é difícil.

ooo

De onde vêm os advogados inscritos em São Paulo

Com a ajuda prestimosa e eficiente da Secretaria da Ordem (secção de São Paulo), teria sido possível averiguar, caso por caso, qual o Estado de nossa Federação ou, eventualmente, qual o país estrangeiro de que proveio cada um dos advogados das Comarcas paulistas. Contudo, o interesse dessa laboriosa investigação pareceu-nos diminuto e fora de proporção com o esforço que teríamos de solicitar. Limitamo-nos, por isso, a registrar em seguida, a título de amostra, tão somente a proveniência dos advogados que, inscritos em 1960, se formaram fora de nosso Estado.

INSCRIÇÕES DE 1960 - ADVOGADOS FORMADOS FORA

No Estado do Rio	69
- da Guanabara	29
- de Minas Gerais	18
- do Paraná	7
- de Alagoas	4
- do Ceará	2
- de Pernambuco	2
- do Maranhão, Bahia, Espíri- to Santo, Goiaz e Rio Gran- de do Sul (um em cada)	5
Em Madrid (Reval. P.U.C. de S.P.) ..	<u>1</u>
TOTAL	<u>137</u>

Do total acima, a primasia cabe à Faculdade de Direito de Niterói, que por si só forneceu 68 (ou quase 50%) dos 137 advogados a que se refere o quadro acima. Vem a seguir a Faculdade do Triângulo Mineiro (Uberlândia) , que contribuiu com 15 inscrições.

A propósito de tais casos, parece-nos oportuno citar aqui um trecho de relatório oficial arquivado no Ministério da Educação, referente ao funcionamento da Faculdade de Direito de Niterói durante o ano letivo de 1951, e já apreciado pelo Conselho Nacional de Educação. " Os alunos desta Faculdade (escreveu o zeloso Inspetor) residem na maioria em São Paulo, de modo que é pequeníssima a frequência às aulas". Esses alunos de São Paulo (continua o relatório) "aqui só vêm para as provas parciais, exames de colação de grau".

Últimamente, entretanto, (continuamos por nos sa conta), a clientela paulista das escolas jurídicas que se satisfazem com apenas tomar exames e colar grau, não precisa mais transpor as fronteiras do Estado: aqui mesmo resolverá os seus problemas.

Super-produção de bacharéis

Em relação à respectiva população, o Estado de São Paulo está produzindo mais que o dobro dos bacharéis que os restantes Estados brasileiros produzem; quase o dobro dos que se formam no Brasil em conjunto; e quase o dobro dos que se graduam nos Estados Unidos. Eis os índices apurados por nós:

Número de bacharéis que se formaram

Nos Estados Unidos	(1958)	.. 9.433 ou 5,4 p.cem mil hab.			
No Brasil em conjunto	(1959)	.. 3.562 ou 5,4	-	-	-
No Brasil sem S. Paulo	(1959)	.. 2.500 ou 4,6	-	-	-
Só no Estado de S. Paulo	(1959)	.. 1.062 ou 9,6	-	-	-

O desgaste do quadro de advogados é pequeno em São Paulo: 271 baixas nas inscrições da Ordem, em 1957, ou 3,5% dos integrantes daquele quadro, cujo total ascendia então a 7.583. Exportação para os outros Estados, não parece que exista, a não ser em proporções muito modestas compensadas largamente (ao que supomos) pela importação, que em 1960 foi de 137 advogados.

Por quê se formam assim tantos bacharéis? Para que tanta fartura de juristas? Que motivos levam certos Municípios a criar Faculdades de Direito, ou impellem o Estado e a União a subvencionar institutos particulares dessa categoria, alguns dos quais (como dissemos publicamente em 1957) proporcionam vultosos lucros aos seus proprietários? O assunto é de extraordinário interesse para a comunidade paulista, que se defronta, hoje, com graves problemas de solução cara, entre os quais o da educação popular e ainda, o do encaminhamento das novas gerações em direção a atividades mais consentâneas com os nossos propositos de desenvolvimento.

O primeiro fator etiológico dessa conduta, está na tradição - a tradição de preconceitos contra o trabalho manual vinda da antiguidade, e que a Idade Média fortaleceu ao equiparar os títulos universitários (especialmente os de direito) aos foros de nobreza. Uns restos do preconceito ainda persistem entre nós. Foi o que mostramos em 1944 ("Por quê a Faculdade de Direito?"), e o que B. Hutchinson verificou em 1956, através de pesquisa mais disciplinada ("Hierarquia de Prestígio das Ocupações"). Apesar de tudo quanto a realidade nos mostra, a sociedade paulista teima na corrida para os cursos jurídicos, fascinada com a miragem da

ascensão social e com as perspectivas de ganho fácil. Duas outras carreiras - a Medicina e a Engenharia - vinham de longa data se emparelhando com a de jurista; mas, por um segundo fator, atuante desde o Império e agravado a partir de 1930, aquêles dois cursos vêm sendo vencidos pelo de direito.

ooo

Regime de "facilidades "

O que mais vem influenciando para produzir essa perniciosa inflação, é o regime de "facilidades" com que se têm beneficiado os proprietários das novas faculdades. Nada mais fácil, hoje, do que obter autorização legal para o funcionamento de uma escola jurídica; nada mais rápido do que arranjar locais para a sua instalação, ainda que seja à custa de prejuízos a instituições de maior utilidade. - Quanto ao corpo docente - real ou fictício - existem critérios rigorosos para a sua escolha; mas êsses critérios não funcionam; os professores iniciais são interinos, mas nessa situação permanecem decênios após decênios; a Constituição reclama concurso para as cátedras, mas a oposição aos concursos vence a Constituição.

E os alunos? Para o propósito de agenciá-los e conservá-los, também vigora o regime de facilidades - tanto em relação aos exames como no que se refere à frequência às aulas, convertendo-se em rotina aquilo que a lei instituiu em caráter de exceção. Os pareceres e debates do Conselho Nacional de Educação desta última década, se bem que frequentemente omissos, são mesmo assim, quando lidos nas suas linhas e entrelinhas, férteis em informes que tornam patente a gravidade da situação criada pelo regime de "facilidades" (convém insistir nesta expressão!) - regime que vem influenciando pejorativamente na qualidade da corporação de juristas de nosso Estado.

ooo

SUGESTÕES FINAIS

O Governo da República prestará, portanto, um grande serviço à Nação se decidir-se a pôr côbro à série de irregularidades que viciam presentemente o sistema nacional de ensino superior em todos os seus setores, mas principalmente em relação ao ensino do direito.

No século passado os cursos jurídicos brasileiros, embora deficientes, exerceram papel importantíssimo como centros de convívio cultural da mocidade inteligente do país, e como instrumentos de unificação nacional. Hoje, porém, em virtude dos reclamos cada vez mais imperiosos da vida moderna, devem êles aprimorar-se no desempenho de suas tarefas específicas: - a formação de profissionais do direito e a elevação da cultura jurídica. Em nossa opinião, os institutos que adotem êsse programa, que se organizem em regime compatível com êle e recrutem professores de idoneidade indiscutível, são os únicos a merecer autorização de funcionamento, quando a necessidade o exigir. E, no que se refere ao Estado de São Paulo, os dados coligidos neste "Boletim" demonstram claramente que não precisaremos tão cedo de novas faculdades de direito.

Nota: - Dos Senhores Juizes de Direito de Comarcas recenseadas como "sem advogado", aos quais officiamos solicitando pormenores, e alguns dos quais já responderam, seus informes serão posteriormente incluídos no texto do Boletim.

São Paulo, 28 de junho de 1961

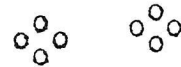
Prof. A. Almeida Júnior
Relator

GOVÊRNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR
GRUPO DE TRABALHO



OS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NO
ESTADO DE SÃO PAULO

A CARREIRA DE CIRURGIÃO-DENTISTA



Boletim Nº 3



Enderêço: Faculdade de Direito da Universidade
de São Paulo

- Largo São Francisco -

- 1961 -

Est. 2
f. 2
[Handwritten signature]

OS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO

BOLETIM Nº 3 DO GRUPO DE TRABALHO

A CARREIRA DE CIRURGIÃO - DENTISTA

INTRODUÇÃO

Em nosso país, como no resto do mundo, a arte dentária permaneceu longamente no empirismo, misturada com os ofícios de sangrador e de barbeiro. Inventários paulistas do século XVI, recenseados em "Vida e Morte do Bandeirante" por Alcântara Machado, enumeram por vêzes coleções de instrumentos denunciadores do exercício cumulativo das três ocupações; e Debret, em 1818, pôde ainda copiar a seguinte taboleta, posta em cima de uma porta: "Barbeiro, Cabelereiro, Sangrador, Dentista e Deitam Bichas" (Lycurgo Santos Filho * - "História da Medicina no Brasil"). No Império, o Decreto n. 1764, de 14 de maio de 1856, instituiu exames oficiais distintos - um para "sangrador aprovado", outro para "dentista aprovado". Mas a disciplina do ensino só apareceu vinte e três anos depois, com a reforma Leôncio de Carvalho, que criou, junto à Faculdade de medicina o curso de Odontologia. Duravam um biênio os estudos, e assim ficou sendo até 1919, quando outra lei os alongou para quatro anos. Vigorou pouco tempo a nova exigência, voltando-se em 1925 ao curso de três anos. Estabeleceu-se, afinal, pelo Decreto n. 20.179, de 1931, que êsses três anos constituem a duração "mínima"; mas, das 33 faculdades de odontologia que em 1959 funcionavam no país, apenas doze se contentavam com o mínimo legal: as demais já haviam adotado o regime de quatro anos.

O presente BOLETIM, dedicado à carreira de Cirurgião-Dentista, iniciar-se-á por uma colaboração de grande peso, qual seja a apreciação de base objetiva que, a nosso pedido, o prof. Paulino Guimarães Jr., da Universidade de São Pau-

lo, houve por bem extrair do levantamento sôbre o "Ensino Odontológico no Brasil" levado a cabo por vários professôres da especialidade, em virtude da incumbência que lhes foi atribuída pela Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO) e pela Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Co-Autor e relator, que foi, do importante estudo, o prof. Paulino Guimarães Jr. está em situação privilegiada para poder prestar aos interessados precioso depoimento a respeito do ensino odontológico no Estado de São Paulo, e para extrair de tais informes as conclusões que êles comportam, inicialmente passemos a palavra, portanto, ao digno Presidente da ABENO.

I - AS FACULTADES DE ODONTOLOGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO.-

(Exposição do prof. Paulino Guimarães Jr.)

.....
.....

Existem no Estado de São Paulo nove faculdades de odontologia, das quais oito em funcionamento. Dessas nove, duas são particulares: a de Lins e a de Campinas; uma pertence à Universidade de São Paulo: a da Capital; e seis se incluem no Sistema de Ensino Superior do Estado, a saber: a de São José dos Campos, a de Piracicaba, a de Araraquara, a de Ribeirão Preto, a de Araçatuba e a de Bauru - (esta última não funcionando ainda).

NOTA - Para facilidade de referência, o autor atribui às nove faculdades os seguintes números, a serem usados, em lugar dos nomes dos institutos:

- | | | |
|----|-----------|-----------------------|
| 1. | Faculdade | de Lins |
| 2. | " | de Campinas |
| 3. | " | da Capital |
| 4. | " | de S. José dos Campos |
| 5. | " | de Piracicaba |
| 6. | " | de Araraquara |
| 7. | " | de Ribeirão Preto |
| 8. | " | de Araçatuba |
| 9. | " | de Bauru |

Levantamento das condições do ensino odontológico no Brasil, levado a cabo pela Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO, sob o patrocínio das CAPES, permitiu, no início de 1960, visão de conjunto sobre todas as faculdades do país, entre as quais se colocam aquelas do Estado de São Paulo. É com base nesses dados do levantamento, somados àqueles que foram remetidos no início deste ano de 1961 à Presidência da ABENO, que analisaremos o ensino da odontologia no Estado de São Paulo.

Com exceção da Faculdade de Lins (particular), todas as demais ministram o ensino através de um currículo de quatro (4) anos. Apenas três Faculdades - a da USP, a de Araraquara e a de Ribeirão Preto - existiam antes da década de 1950, sendo para salientar que as duas últimas só entraram definitivamente para o Sistema Estadual de Ensino Superior em 1956 e 1958, respectivamente. O total de vagas nas oito faculdades em funcionamento é de 550, ou seja, 30% das vagas da totalidade das faculdades brasileiras (1820 vagas.) Em 1959, 1960 e 1961, matricularam-se nessas 550 vagas, respectivamente, 451, 472 e 500 alunos.

As disciplinas do currículo

A matéria de ensino que constitui o currículo das faculdades recebe 42 designações diferentes, a saber: (*)

1. Anatomia - 1 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8.
2. Anatomia descritiva - 2.
3. Anatomia topográfica - 2.
4. Histologia - 2 e 3.
5. Histologia e microbiologia - 1.
6. Microbiologia - 2 - 3 - 4.
7. Microbiologia e imunologia - 5.
8. Microbiologia e higiene - 6.
9. Fisiologia - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8.
10. Bioquímica - 3 - 4 - 7.
11. Farmacodinâmica - 3 - 6.
12. Terapêutica - 2.
13. Patologia - 2 - 5 - 6 - 7 - 8.

14. Patologia e terapêutica aplicadas - 1 - 3.
15. Higiene - 2.
16. Higiene e Saúde Pública - 5 - 8
17. Higiene e Odontologia Legal - 1 - 3 - 7.
18. Odontologia Legal - 2 - 5 - 6 - 8.
19. Ética profissional - 2.
20. Metalurgia e química aplicadas - 1 - 2 - 3.
21. Tecnologia dos materiais dentários - 5 - 6 - 7.
22. Metalurgia aplicada e materiais dentários - 8.
23. Técnica odontológica - 1 - 3 - 3.
24. Clínica odontológica (1a. cadeira) - 2 - 3.
25. Clínica odontológica (2a. cadeira) - 2 - 3.
26. Clínica odontológica (1a. parte) - 1.
27. Clínica odontológica (2a. parte) - 1.
28. Clínica odontológica - 7.
29. Endodontia - 2.
30. Periodontia - 2.
31. Dentística operatória - 5 - 6 - 7 - 8.
32. Radiologia e eletroterapia aplicadas - 2 - 3.
33. Ortodontia e odontopediatria - 1 - 3 - 7 - 8.
34. Odontopediatria - 2 - 5 - 6.
35. Ortodontia * 2 - 5 - 6.
36. Prótese - 1 - 5 - 6 - 7 - 8.
37. Prótese dentária - 2 - 3 - 6.
38. Prótese buco-maxilo-facial - 6.
39. Prótese buco-facial - 1 - 2 - 7.
40. Cirurgia buco-dentária - 5 - 6 - 8.
41. Cirurgia da face - 2.
42. Cirurgia e prótese buco-maxilo-facial - 3.

(*) Os números colocados à frente das denominações correspondem aos das Faculdades onde se encontra a respectiva denominação.

* * *

A simples citação demonstra a grande heterogeneidade dos ensinamentos ministrados nas diversas faculdades. Longe de nos a ideia de exigir currículo unico mas, é evidente que esta havendo desequilíbrio na medida dos conhecimentos destinados a formar o profissional. Em alguns casos é evidente a hipertrofia de matérias de ensino, a qual redundam, obrigatoriamente, em atrofia de outras, não menos necessárias.

Situação do pessoal docente.

A situação do pessoal docente nas referidas faculdades é a seguinte:

Cadeiras providas por concurso	15%
Cadeiras providas por nomeação	7%
Cadeiras providas a título precário	78%
Professores não residentes nos locais em que se situam as faculdades onde exercem a docência	25%
Assistentes não residentes nos locais em que se situam as faculdades onde exercem a docência	7%

É importante notar que essa percentagem de docentes não residentes no município não apresenta uma distribuição homogênea, mas varia entre os limites máximos de 100 a 0%, mantida relação inversa entre a percentagem e a distância da Faculdade relativamente à Capital do Estado.

No que diz respeito a auxiliares de ensino, (assistentes), só podemos considerar o aspecto quantitativo se tomarmos como ponto de partida o número de alunos a serem atendidos. Nas disciplinas ditas "de laboratório", o mínimo aceitável é que um assistente atenda a vinte alunos, enquanto que nas de "clínica" há necessidade de 1:10. Consideramos deficiente quando mais de 30 ou mais de 15, respectivamente, devem ser atendidos por um só assistente. De acordo com esse critério, a distribuição é a que consta da Tabela Nº I.

Critérios da apreciação

- a) Para disciplinas de laboratório: satisfatório 1 assistente para 20 alunos; aceitável: 1 assistente para 30 alunos; deficiente: 1 assistente para mais de 30 alunos.

T A B E L A I

Apreciação de cada cadeira quanto à proporção " assistentes-alunos"

Disciplina	Satisf.	Aceit.	Def.	Inex	Total
Anatomia (1, 2,3)	2	4	2	0	8
Histologia (4, 5)	2	4	1	1	8
Fisiologia (9)	2	2	2	2	8
Microbiologia (6, 7)	0	4	2	1	7
Patologia (12, 13, 14)	2	2	4	0	8
Bioquímica (10)	0	0	2	3	5
Farmacodinâmica (11)	-	-	-	5	5
Higiene e Odontologia Legal (17)	1	-	1	-	2
Higiene (15, 16)	1	-	4	1	6
Odontologia Legal (18)	-	3	3	-	6
Metalurgia e Química Apl.(20,21,22)	1	1	4	1	7
Técnica (23, 31)	1	4	2	-	7
Clínica (24 a 30)	1	2	4	-	7
Ortodontia e Odontopediatria (33)	1	-	1	-	2
Ortodontia (35)	0	0	5	-	5
Odontopediatria (34)	0	0	5	-	5
Prótese dentária (36,37)	1	3	3	-	7
Prótese buco-facial (38,39)	0	1	5	1	7
Cirurgia (40, 41, 42)	0	4	1	1	6

NOTA: Os números após os nomes das disciplinas indicam os termos empregados nas varias Faculdades, segundo a lista de fls. 3 e 4.

- b) Para as disciplinas "clínicas": satisfatório - 1 assistente para 10 alunos; aceitável - 1 assistente para 15 alunos; deficiente - 1 assistente para mais de 15 alunos.

As instalações materiais

A situação das instalações materiais nas diversas faculdades vem resumida na Tabela II.

As deficiências, tanto as de pessoal como as materiais, consideradas à base de um padrão mínimo, mostram que o ensino, de modo geral, está longe de ser compatível com aquilo que a sociedade está no direito de esperar, quando fornece um indivíduo a fim de possuir mais tarde um profissional.

A Associação Brasileira de Ensino Odontológico ABENO, em junho de 1961, promoveu um levantamento da aparelhagem ainda necessária a cada faculdade que já estava em funcionamento até o fim de 1959 e, calculando-o à razão do número de vagas, achou que serão necessários noventa e dois milhões de cruzeiros para que o ensino, nas 8 faculdades consideradas, venha a ter suportes materiais mínimos para seu desenvolvimento. A distribuição dessa quantia, poderia ser, **aproximadamente**, a seguinte:

Lins.....	16 milhões de cruzeiros.
Campinas.....	12 milhões de cruzeiros.
Capital (USP).....	4 milhões de cruzeiros.
S. José dos Campos.....	14 milhões de cruzeiros.
Piracicaba.....	10 milhões de cruzeiros.
Araraquara.....	16 milhões de cruzeiros.
Ribeirão Preto.....	13 milhões de cruzeiros.
Araçatuba.....	7 milhões de cruzeiros.
TOTAL.....	<u>92 milhões de cruzeiros.</u>

T A B E L A Nº II
Instalações materiais de cada cadeira

DISCIPLINA	Sat.	Acei- tável	Def.	s/ins- tala- ções	TOTAL
Anatomia.....	2	4	2	0	8
Histologia	2	3	3	0	8
Fisiologia	1	0	4	2	7
Microbiologia	1	1	5	0	7
Patologia	1	2	3	1	7
Bioquímica	1	0	3	1	5
Farmacodinâmica	0	0	0	5	5
Hig. e Odontologia Legal	1	0	0	1	2
Higiene	0	0	3	2	5
Odontologia Legal	0	0	0	5	5
Metalurgia	4	1	2	1	8
Técnica	2	3	2	0	7
Clínica	3	2	2	0	7
Ortodontia e Odontopediatria	1	0	1	1	3
Ortodontia	0	0	1	3	4
Odontopediatria	1	2	0	1	4
Prótese dentária	3	1	2	1	7
Cirurgia	3	2	2	0	7

NOTA: O algarismo correspondente à coluna "total" representa o número de faculdades que possuem a disciplina.

Consideradas apenas as faculdades oficiais do Estado, o total acima será de 64 milhões de cruzeiros. Nesse total não estão computadas despesas com biblioteca ou com a construção de locais para aulas (práticas ou teóricas), nem tampouco para funcionamento das cadeiras de clínica.

Este tópico merece, também, reparo especial. Somos de parecer que o aspecto funcional, na construção, deve sobrepôr-se às considerações de ordem artística, e que o problema das áreas úteis deverá ser encarado com precedência, reduzindo-se ao mínimo os desperdícios representados por construção para embelezamento do edifício.

A observação dos edifícios ora existentes, e nos quais funcionam as faculdades de odontologia, está a indicar que haverá, pelo menos, despesas equivalentes a 1,5 vêz o total destinado a aparelhamentos, se fôr cogitado o problema de construir locais de trabalho suficientes para abrigar (divididas em dois turnos) as turmas de estudantes matriculados potencialmente em cada uma das séries (metade do número de vagas da 1.ª série).

Nessa ordem de idéias, o Estado deveria despende, imediatamente, cêrca de cento e quarenta milhões de cruzeiros, para que as faculdades de odontologia que lhe pertencem, hoje funcionando em seu território, merecessem realmente o nome de institutos de formação de cirurgiões-dentistas. A êsse total deveria ser somado, ainda, o quantum despendido com o pagamento de pessoal para as funções docentes, pessoal cuja carência é da ordem de 58%, aproximadamente, no que diz respeito a assistentes. Admitindo que o Estado pudesse dispôr, em prazo mais ou menos curto, da quantia necessária a êsses gastos, esbarraria ainda com uma dificuldade intransponível a curto prazo: a inexistên-cia de pessoal docente habilitado.

Observamos que há uma carência de pessoal auxiliar docente, equivalente a 58% do necessário (satisfatório). Dos 42% existentes, cerca de 7% exercem funções docentes em local distante do próprio domicílio, numa demonstração da inexistência de elementos disponíveis no local das faculdades; esta percentagem faz variar para 65 o número que traduz a percentagem de deficiência de pessoal docente imediatamente necessário às funções auxiliares nas faculdades já existentes.

O problema do professorado

No quadro de professores, as dificuldades são evidenciadas pela percentagem de 78% de cátedras providas a título precário. Desses professores, 25% não residem no local em que se situa a faculdade. Onde e como recrutá-los? O didata, o professor não se improvisa; ele se forma paulatinamente, num processo de longo amadurecimento, através dos diversos degraus da carreira docente, estimulado por bolsas de estudo, frequência a cursos especiais e disponibilidade de horas para o estudo e a investigação. Dentro do atual panorama de escassês de homens para as tarefas docentes, podemos calcular, que na melhor das hipóteses, em processo de recrutamento e treinamento intensivos, só dentro de dez anos estarão cobertos os claros nos quadros docentes das faculdades de odontologia.

CONCLUSÕES.

Nessas condições parece-nos lícito concluir:

1º - Para que as Faculdades de Odontologia do Estado de São Paulo, no que diz respeito ao aspecto material, possam funcionar dentro de um padrão compatível com o fim a que se destinam, haverá necessidade de um investimento avaliado, em aproximadamente, cento e trinta e sete milhões de cruzeiros.

2º - No que diz respeito ao pessoal docente, seria totalmente inoportuno aconselhar um recrutamento indiscriminado, que visasse apenas o preenchimento dos cargos verificados. Tal atitude seria, além de lesiva aos cofres públicos, talvez mais danosa ao ensino, do que as falhas atuais. Será aconselhável o treinamento sistemático e progressivo de elementos dentro de um programa de Bolsas de Estudo adequado, tal como vem sendo proporcionado pela ABENO, com a colaboração da CAPES e do Ponto IV.

3º - Dadas as condições das faculdades de odontologia atualmente existentes, deve-se considerar, não só inoportuno, mas até altamente comprometedor para o Estado, que se cogite da criação e instalação de novas escolas tendentes a formar profissionais da odontologia.

Recomendações

Para que as conclusões apresentadas, resultado de estudo objetivo, não se tornem afirmativas estereis, parece-nos útil apresentar as seguintes recomendações:

1. Procure o Estado aparelhar as diferentes Faculdades que fazem parte, quer do Sistema Estadual de Ensino Superior, quer da Universidade de São Paulo, nos setores considerados deficientes.

2. Sejam proporcionadas facilidades para que elementos do corpo docente possam utilizar-se de Bôlsas de Estudo destinadas a seu aperfeiçoamento e, posteriormente, ao de elementos recrutados para as tarefas do ensino.

3. Seja estudada a forma de estabelecer uma certa uniformidade nos currículos, adaptando-os às verdadeiras necessidades decorrentes da formação de profissional apto a atender às exigências da sociedade.

4. Seja estudada a forma de estruturar a carreira de magistério em moldes mais compatíveis que os atuais, com o bom desenvolvimento do ensino.

5. Não se cogite da instalação de qualquer outra Faculdade de Odontologia, em qualquer outro ponto do território estadual, enquanto as faculdades atualmente existentes não preencham as condições mínimas que as possam credenciar como efetivos núcleos de formação de profissionais de nível superior.

A Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO, pelo seu presidente que é o signatário dêste, coloca-se ao dispor das autoridades estaduais para colaborar em qualquer planejamento ou trabalho que vise à melhoria das condições do ensino odontológico no Estado de São Paulo. São Paulo, 28 de setembro de 1961. (a) Paulino Guimarães Júnior.

II * VESTIBULARES E MATRÍCULA NOS CURSOS DE ODONTOLOGIA

"Forças diversas (escrevia em 1956 o relator dêste Boletim) impõem os jovens rumo à Universidade: o gôsto pelo estudo, o desejo de ascensão social, o propósito de entrar numa profissão supostamente rendosa. Tudo muito respeitável e legítimo. Mas ... bastará isso? - perguntava o autor. Bastará que o moço "queira" entrar, para que seja recebido? A natureza altamente seletiva do ensino superior , bem assim o interêsse público, reclamam ainda outros atributos, tais como a inteligência, a capacidade de esforço, a base cultural. Numa palavra, deve o moço demonstrar "aptidões" para cursar a escola superior" ("Problemas do Ensino Superior").

De uma relação de 128 institutos, de ensino superior, escolhemos ao acaso, naquele tempo, 20 cursos livres, 20 cursos oficiais e, ainda, os cursos da USP que haviam informado. Tudo isso para confronto das respectivas taxas de aprovação vestibular. Eis os resultados dos três grupos:

Porcentagem média de aprovação nos vestibulares (1955)

Em 20 institutos livres	78,5%
Em 20 institutos oficiais	35,0%
Na Universidade de São Paulo .	20,6%

Será demasiado exigente a Universidade de São Paulo? Parece-nos que não, dada a frequentíssima queixa que, não obstante os 80% de reprovados e a propósito da formação propedêutica dos seus alunos, formulam os respectivos professores.

A Tabela III permite certas apurações relacionadas com as provas vestibulares do quinquênio 1957-1961 nas oito faculdades de odontologia em funcionamento, em nosso Estado. Dessas oito, como se nota, a de São José dos

T A B E L A III
 VESTIBULARES - 1957 - 1961 -

CURSOS DE ODONTOLOGIA de	Vagas da Série	1957			1958			1959			1960			1961		
		Insc	Apr	Matr	Insc	aprov	Mat	Insc	Aprv	Matr	Insc	Aprv	Matr	Insc	aprov	Mat
Lins	80	95	53	53	91	55	55	100	61	61	86	55	55	85	47	47
Campinas	75	224	78	83	150	77	78	140	79	89	166	76	82	109	79	84
Capital (USP)	130	503	113	112	578	114	114	561	134	117	404	127	126	438	130	127
S. José dos Campos ..	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97	32	32	49	31	35
Piracicaba	40	62	24	24	67	27	27	51	25	25	67	36	36	81	38	38
Araraquara	75	135	69	69	109	56	56	106	55	55	122	48	48	173	61	61
Ribeirão Preto	60	228	85	85	164	96	96	142	39	39	81	37	37	149	42	42
Araçatuba	40	43	37	37	33	22	22	35	28	28	55	40	40	59	38	38
TOTAL ...	550	1290	459	463	1192	447	448	1135	421	414	1078	451	456	1143	466	472

- 11 -

Campos começou a funcionar em 1960. Apura-se o seguinte:

1º) Que no conjunto das escolas, a porcentagem de aprovações vestibulares aumentou ligeiramente no quinquênio, pois de 33,0% em 1957 subiu sucessivamente para 37,5% em 1958, para 37,0% em 1959, para 41,7% em 1960 e para 40,7% em 1961.

2º) Que, no referente à proporção de aprovações vestibulares durante o quinquênio, as oito faculdades se situam na seguinte ordem crescente: 1º) Capital (USP) 37,7%; 2º) - Ribeirão Preto, 41,6%; 3º) Campinas, 41,7%; 4º) S. José dos Campos, 43,1%; 5º) Araraquara, 44,8%; 6º) Piracicaba, 45,7%; 7º) Lins, 52,2%; 8º) Araçatuba, - 73,2%.

3º) - Que, no confronto entre a lotação da 1ª série de cada escola e o número de aprovados no respectivo vestibular, só houve excedentes em Campinas (nos cinco anos do quinquênio, de 1 a 4 por ano), em Ribeirão Preto (25 e 36 respectivamente em 1957 e 1958, mas lotação não preenchida nos três anos subsequentes) e na faculdade da USP, Capital (4 excedentes em 1959). Nas demais faculdades, assim como nas escolas de Ribeirão Preto e da Capital em relação aos anos não exceptuados, o número de aprovados foi sempre inferior ao de vagas, ressalvado o ano de 1960 para Araçatuba, em que esse número corresponde exatamente ao de vagas. No conjunto (como observou acima o Prof. Paulino Guimarães Jr) as 550 vagas dos oito cursos de odontologia de São Paulo não têm sido preenchidas.

Diante de tais fatos, não nos parece procedente a alegação, várias vezes repetida, de que em nosso Estado há centenas de jovens desejosos de seguir a carreira de cirurgião-dentista e que, se não o fazem, é por não haver vaga nas faculdades de odontologia. Tanto mais que, ao que se depreende da leitura da Tabela, os "excedentes" têm sido quase sempre matriculados.

T A B E L A Nº IV

Matrícula Geral das Faculdades de Odontologia do Estado
de São Paulo. (1957 - 1961).

CURSOS DE ODONTOLOGIA	1957	1958	1959	1960	1961
Cins	186	186	177	181	172
Campinas	238	241	238	227	305
USP	373	369	366	482	501
São José dos Campos	-	-	-	32	35
Piracicaba	24	51	74	106	118
Araraquara :.....	266	239	270	232	225
Ribeirão Preto	295	296	246	180	137
Araçatuba.....	37	59	82	122	137
Bauru	-	-	-	-	-
<u>TOTAL</u>	<u>1419</u>	<u>1441</u>	<u>1453</u>	<u>1562</u>	<u>1630</u>

III - OS DENTISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - TÍTULOS E PROCEDÊNCIA

De acôrdo com os dados fornecidos pelo Serviço de Fiscalização Profissional do Estado (Secretaria da Saúde), havia em 1960, no território paulista, 5 879 dentistas, distribuídos em duas categorias:

1. Cirurgiões Dentistas (diplomados)	5 590
2. Dentistas licenciados (Dec.20862, de 1931)	<u>289</u>
<u>TOTAL</u>	<u>5 879</u>

Sabendo-se que em 1953 êsse total era de 3 785, conclui-se que nos sete anos interpostos entre as duas datas houve o aumento líquido de 2 094 dentistas no Estado. Aumento "líquido" - insistimos - visto que, como se verá, só no quinquênio 1956-1960 se inscreveram na citada Repartição 2 836 novos **titulares**. Ocorreu, portanto, de 1953 a 1960, um desgaste estatístico no quadro (por óbitos, cessação de atividade ou mudança para outro Estado) desgaste cujo valor, todavia, não podemos precisar em virtude de não possuímos dados relativos ao período 1953-1955. Calculamos que seu total tenha sido de cêrca de 1 000 profissionais para o período de sete anos. A produção estadual e a importação não só cobriram as perdas do período, mas permitiram também melhorar consideravelmente a propoção "dentistas/população".

Tomados como bons os resultados acima, e bons igualmente os do cálculo demográfico de 1953 e os do censo de 1960, que atribuíram a São Paulo, respectivamente, 9 837 000 habitantes para aquêle ano e 12 874 000 para êste, os coeficientes de dentistas serão os seguintes:

Coefficientes no Estado de São Paulo

Em 1953 - 38,4 dentistas por 100 mil habitantes
Em 1960 - 45,6 " " " " " "

Isto equivale, para 1960, a 1 dentista para 2190 habitantes. A França tinha em 1948 a taxa de um dentista para 4 206 habitantes, os Estados Unidos alcançaram em 1959 a de um para 1 697. É digno de nota que dos 48 Estados que compõem a federação norte-americana, havia em 1958 vinte e três com proporção inferior à de nosso Estado.

Onde nasceram e onde estudaram os dentistas de São Paulo?

Vejamos a seguir, a título de amostra, onde nasceram e onde estudaram os 2 836 cirurgiões dentistas que, durante o quinquênio 1956-1960, se registraram no Serviço de Fiscalização Profissional do Estado de São Paulo:

a) Paulistas formados no Estado de São Paulo	1852
b) Paulistas formados em outros Estados	404
c) Não-paulistas formados no Estado de São Paulo.		205
d) Não-paulistas formados em outros Estados	372
e) Estrangeiros formados no estrangeiro	3
	<u>TOTAL</u>	<u>2836</u>

Dois motivos nos levam a êsses pormenores. O primeiro é o desejo de demonstrar que o Estado de São Paulo tem produzido ultimamente mais de 72% dos dentistas que nêle trabalham e, dada a lotação de suas faculdades de odontologia, poderia produzir ainda mais. Os restantes, que nos vêm dos demais Estados, correspondem, em grau mínimo, à taxa natural de imigração que se observa nas regiões em fase do crescimento.- Saiba-se ainda que os 404 paulistas que foram estudar fora (cêrca de uma centena por ano, e quase sempre nos Estados limítrofes), não o fizeram por falta de vagas nas faculdades de nosso Estado, pois que êstes institutos quase nunca se lotaram. Devem ter prevalecido outros motivos. Somos levados também a essa demonstração do fenômeno migratório dos pro-

fissionais de nível superior, pela conveniência de patentear a sem-razão da tese segundo a qual as faculdades dos Estados mais atrasados não precisam ter condições didáticas iguais às dos Estados desenvolvidos: em relação àqueles "devemos ser muito mais indulgentes", - afirmam certas autoridades.

Ora, mesmo que tais faculdades só produzissem profissionais para a região em que funcionam, a tese seria in sustentável. Mas, em verdade, os diplomas de advogado ou de engenheiro, de médico ou de dentista, de farmacêutico ou de professor secundário - não têm fronteiras dentro do País: valem para o Brasil inteiro. Em outras palavras, a qualidade do ensino que o diploma representa, e a forma pela qual esse título foi conferido, interessam a todos nós.

* * *

IV - DISTRIBUIÇÃO DOS DENTISTAS PELOS MUNICÍPIOS

Dos 505 Municípios que, segundo a Lei nº 5 285, de 18-2-59 compõem o Estado de São Paulo, 432 possuem um ou mais dentistas. Quanto aos 73 restantes, cuja população totaliza 449.862 habitantes, não há até o momento informações sobre a presença, nêles, de profissionais da referida categoria.

Os dentistas do Estado de São Paulo são em grande maioria (mais de 95%) profissionais diplomados por faculdades de odontologia, aos passo que os "dentistas práticos" representam menos de 5%. Esta última classe está, aliás, a caminho de extinguir-se, pois a legalização dos casos individuais, permitida pelo Decreto nº 20 862, de 11-4-31, ficou encerrada em 30-6-34, em virtude do Decreto nº 23 540 de 4-12-33.

Os Municípios abaixo são os que apresentam os

maiores contingentes de profissionais da odontologia:

I - Municípios de mais de 100 dentistas: Capital, 2309; Campinas, 289; Santos, 188; Ribeirão Preto, 178; Santo André, 108.

II' - Municípios apresentando entre 100 e 40 dentistas: Piracicaba, 87; Sorocaba, 73; São José do Rio Preto, 70; Bauru, 60; Marília, 56; São Caetano do Sul, 55; Franca, 53; Jundiaí, 48; Araraquara, 45; São Carlos, 42; Limeira, 41; Taubaté, 40.

A taxa de dentistas em relação à população não segue, entretanto, a mesma ordem. Vejam-se os exemplos abaixo:

Dentistas por 100 mil habitantes: Campinas, 131; Ribeirão Preto, 120; Piracicaba, 74; Santos, 71; Capital, 60; Sorocaba, 52. Todos êsses coeficientes estão acima da média geral do Estado, a qual, como se viu, é de 45 dentistas por cem mil habitantes.

O poder de atração dos Municípios mais povoados - No tocante à proporção de habitantes por dentista, verifica-se fato idêntico ao já visto com referência aos médicos e aos advogados. Apuramos, em 10 Municípios de 1 dentista (tomados ao acaso) a taxa de 1/7171; em 10 Municípios de 2 dentistas, a de 1/4349; em 10 Municípios de 3 dentistas, a de 1/3446; em 10 de 4, a de 1/3386; em 10 de 5, a de 1/3564; em 10 de 6, a de 1/2921; em 10 de 7, a de 1/3201; em 10 de 8, a de 1/2331. Com pequena discrepância, como se vê, o número de profissionais dos Municípios cresce mais depressa que a população.

T A B E L A Nº V

Número de dentistas em atividade nos Municípios do Estado de São Paulo (1960)

MUNICÍPIOS	CIR.DENT	DENT.P.LIC	TOTAL	POPULAÇÃO
Adamantina	11		11	34 191
Aguaí	3		3	11 591
Agua da Prata	3		3	6 757
Agua de Lindoia	2		2	6 329
Agua de São Pedro	1		1	585
Agudos	4	1	5	17 075
Alfredo Marcondes	1		1	7 679
Altair	1	1	2	2 783
Altinópolis	9		9	10 901
Alvares Florence	1		1	8 972
Alvares Machado	2		2	19 387
Alvinlândia		1	1	4 229
Americana	19	1	20	37 985
Américo de Campos	1	1	2	9 034
Amparo	15	3	18	28 636
Analândia	1		1	2 870
Andradina	7		7	38 436
Angatuba	1		1	15 067
Anhembi	1	1	2	3 135
Anhumas	1	1	1	6 984
Aparecida	3	1	4	19 621
Apiaí	1		1	15 794
Araçatuba	21	1	22	81 248
Araçoiaba da Serra	3		3	12 216
Araraquara	44	1	45	82 898
Araras	20	1	21	39 398
Arealva	1		1	7 681
Areiópolis	1		1	5 368
Ariranha	3		3	8 892
Artur Nogueira	2		2	8 210
Arujá		1	1	5 758
Assis	16	1	17	43 141
Atibaia	5		5	23 360
Auriflândia	3		3	13 424
Avai	1		1	6 704
Avenhandava	1		1	6 752
Ayare	13	1	14	36 689
Balsamo	2		2	6 980
Bananal	1		1	12 810
Bariri	6		6	18 402
Barra Bonita	5		5	14 518
Barretos	22	3	25	58 427

- C O N T I N U A Ç Ã O -

MUNICÍPIOS	CIR.DENT	DENT.P.LIC	TOTAL	POPULAÇÃO
Barrinha	5		5	6 636
Barueri	5		5	31 275
Bastos	3		3	6 291
Batatais	16	2	18	26 812
Bauru	56	4	60	93 789
Bebedouro	15	1	16	31 961
Bernardino de Campos	6		6	10 866
Bilac	2		2	9 857
Birigui	7	1	8	31 315
Boa Esperança do Sul	2	1	3	6 981
Bocaina	4		4	8 179
Bofete	1		1	5 601
Boituva	2		2	10 138
Bom Jesus dos Perdões	1		1	2 605
Borborema	1		1	10 115
Botucatu	22	4	26	44 767
Bragança Paulista	18		18	67 775
Brauna	2	1	3	8 704
Brodosqui	3		3	8 752
Brotas	4		4	13 126
Buri	1		1	8 798
Buritama	1		1	6 241
Buritizal	2		1	4 010
Cabreúva	1		1	6 512
Caçapava	10		10	24 196
Cachoeira Paulista	5		5	15 538
Caconde	5		5	18 275
Cafelandia	4	1	5	26 165
Caieiras	2		2	8 577
Cajamar	1		1	6 432
Cajobi	1		1	7 864
Cajuru	7		7	13 737
Campinas	284	5	289	220 118
Campos do Jordão	3		3	16 665
Campos Novos Paulista	1		1	4 130
Candido Mota	2		2	13 937
Candido Rodrigues	2		2	2 081
Capão Bonito	4		4	24 440
Capivari	14		14	20 572
Caraguatatuba	2		2	9 819
Cardoso	1		1	14 633
Casa Branca	10	1	11	17 401
Castilho	1		1	13 139
Catanduva	30		30	49 500

- C O N T I N U A Ç Ã O -

	CIR.DENT.	DENT.P.LIC	TOTAL	POPULAÇÃO
Catiguá	1		1	6 125
Cedral	2		2	9 162
Cerqueira Cesar	3		3	11 492
Cerquilha	2		2	5 995
Cesário Lange	2		2	4 447
Charqueada	3		3	6 801
Chavantes	4		4	12 651
Clementina	1		1	10 103
Colina	4		4	14 312
Conchal	2		2	6 183
Conchas	2	2	4	9 726
Cordeirópolis	2		2	7 637
Corumbataí	1	1	2	3 514
Cosmópolis	4		4	8 798
Cosmorama	2	1	3	10 212
Cotia	2		2	17 710
Cravinhos	7	1	8	13 838
Cruzeiro	6	1	7	31 569
Cubatão	2		2	25 166
Cunha	1		1	21 847
Descalvado	7		7	15 859
Divinolândia	4	1	5	11 138
Dois Corregos	5		5	14 687
Dourado	2		2	5 640
Dracena	12	1	13	32 911
Duartina	5		5	13 012
Echaporã	1		1	8 504
Elias Fausto	1	1	2	5 881
Embu	1		1	5 041
Estrela d'Oeste	2		2	18 123
Fartura	1	3	4	13 045
Fernando Prestes	2		2	4 921
Fernandópolis	13	1	14	40 260
Ferraz de Vasconcelos .	2		2	10 167
Floreal	1		1	4 855
Florida Paulista	3		3	25 114
Franca	51	2	53	68 027
Franco da Rocha	12	1	13	28 016
Gabriel Monteiro	1		1	4 558
Gália	3	1	4	16 352
Garça	12	1	13	38 274
General Salgado	2	2	4	11 559
Getulina	3		3	20 731
Guaíçara	2		2	7 963
Guaímbé	1		1	8 254
Guaira	4	1	5	21 395

- C O N T I N U A Ç Ã O -

MUNICÍPIOS	CIRG.DENT	DENT.P.LIC	TOTAL	POPULAÇÃO
Ghapiaçú	1	3	4	6 950
Guara	4	2	6	11 679
Guaraçai	1		1	15 197
Guaraci	3		3	7 911
Guarantã	1		1	12 795
Guararapes	3	2	5	27 829
Guaratingueta	24		24	52 533
Guariba	5		5	9 075
Buaruja	4		4	40 705
Guarulhos	9		9	100 497
Herculândia	2		2	10 720
Iacanga	2		2	8 836
Iacri	1	1	2	12 961
Ibira	4		4	9 383
Ibirarema	3		3	6 543
Ibitinga	9		9	19 781
Ibiuna	3	1	4	23 172
Iceã	2		2	5 249
Iepê	2		2	14 549
Igarapu do Tietê	1		1	7 333
Igarapava	22		22	27 345
Iguape	1		1	16 362
Ilhabela		1	1	5 108
Indaiatuba	7		7	19 697
Indiana	2		2	6 043
Indiaporã	1		1	5 701
Inubia Paulista	3		3	6 135
Ipaçu	3		3	11 723
Ipuã	2		2	10 675
Iracemapolis	2	1	3	5 836
Irapuã	1		1	5 828
Irapuru	3		3	16 908
Itai	2		2	12 196
Itajobi	4		4	13 036
Itaju	1		1	4 900
Itanhaen	2		2	7 427
Itapecerica da Serra	3	2	5	25 919
Itapetininga	14	1	15	47 143
Itapeva	6		6	33 558
Itapevi	5		5	9 871
Itapira	24	2	26	36 357
Itapolis	11		11	21 611
Itaporanga	1		1	18 127
Itapui	4	1	5	9 931
Itaquaquecetuba	2		2	11 460
Itararé	6		6	24 023

- C O N T I N U A Ç Ã O -

MUNICÍPIOS	CIRG.DENT	DENT.P.Lic	TOTAL	POPULÇÃO
Itariri	1		1	6 558
Itatiba	8		8	23 943
Itatinga	3	1	4	6 843
Itirapina	3		3	8 086
Itirapua	2		2	4 859
Ibobi	2		2	4 709
Itu	17		17	37 242
Ituverava	17		17	26 388
Jaborandi	1	1	2	7 516
Jaboticabal	19	1	20	33 684
Jacarei	14	2	16	33 749
Jaci	1		1	4 742
Jaguariuna	6		6	8 545
Jales	7		7	31 303
Jardinópolis	6		6	16 626
Jarinu	1		1	4 362
Jau	24	2	26	54 160
Joanópolis	2		2	8 849
Jose Bonifacio	4	1	5	20 106
Jundiaí	47	1	48	121 504
Junqueirópolis	4		4	27 059
Juquia	1	1	2	9 598
Laranjal Paulista	4		4	12 881
Lavinia	2		2	13 692
Leme	11		11	21 518
Lençóis Paulista	2		2	16 602
Limeira	39	2	41	61 106
Lins	13		13	47 939
Lorena	7		7	33 200
Lucélia	6	2	8	23 768
Luiz Antônio	1		1	3 977
Lupercio	1		1	3 910
Macatuba		1	1	9 043
Macaubal	2		2	9 215
Magda	1		1	4 736
Mairinque	4		4	7 735
Mairiporã	2		2	12 854
Manduri	1		1	24 666
Maraçá	1		1	20 336
Mariópolis	1		1	11 373
Marília	54	2	56	89 877
Martinópolis	4		4	23 377
Matão	6		6	22 251
Maua	6		6	28 933
Mendonça		1	1	3 654

- C O N T I N U A Ç Ã O -

MUNICÍPIOS	CIRG.DENT	DENT.P.LIC	TOTAL	POPULAÇÃO
Meridiano	2		2	5 971
Miguelópolis	3	1	4	16 494
Mineiros do Tietê	1		1	5 617
Mirandópolis	7		7	17 276
Mirante do Paranapanema	3		3	29 894
Mirassol	15		15	20 211
Mococa	11	1	12	36 281
Mogi das Cruzes	23	1	24	103 501
Mogi Guaçu	7		7	24 643
Mogi Mirim	15	2	17	27 783
Monte Alegre do Sul ...		1	1	4 807
Monte Alto	7	1	8	16 893
Monte Aprazível	7	2	9	21 947
Monte Azul Paulista ...	6	1	7	10 124
Monte Castelo	1		1	9 549
Monteiro Lobato	1		1	3 810
Monte Mor	6		6	6 322
Morro Agudo	4		4	18 083
Murutinga do Sul	1		1	7 502
Nazare Paulista	1		1	7 569
Neves Paulista	4	1	5	12 019
Nhandeara	2	1	3	10 054
Nova Aliança	1		1	5 627
Nova Europa	3		3	5 687
Nova Granada	4	2	6	15 910
Nova Guataporanga	1		1	4 488
Nova Odessa	5		5	5 710
Novo Horizonte	8		8	23 903
Nuporanga	1		1	5 679
Ocaçu	1		1	7 119
Óleo	1		1	6 258
Olimpia	13	2	15	28 107
Oriente	1	1	2	11 353
Orlândia	7	1	8	12 244
Oscar Bressane	1		1	6 871
Oswaldo Cruz	15		15	26 674
Ourinhos	15		15	33 831
Ouro Verde	2		2	9 369
Pacaembu	3		3	19 924
Palmeira d'Oeste	1		1	7 607
Palestina	1	1	2	14 487
Palmital	8		8	19 867
Paraguaçu Paulista	5		5	24 070
Parajibuna	1		1	15 462
Paraíso	1		1	4 965
Parapuã	2		2	13 524

- C O N T I N U A Ç Ã O -

MUNICÍPIOS	CIR.DENT.	DENT.P.LIC	TOTAL	POPULAÇÃO
Bariquera-Açú	1		1	5 527
Batrocínio Paulista ..	1	1	2	9 193
Paulo de Faria	2		2	13 805
Pederneiras	7		7	19 578
Pedregulho	4		4	15 418
Pedreira	5	1	6	10 976
Pedro de Toledo	1	1	2	4 330
Penapolis	11		11	28 356
Pereira Barreto	3	1	4	33 956
Pereiras	1		1	5 778
Piacatu	1		1	8 808
Piedade	4		4	9 391
Pilar do Sul	3		3	8 854
Pindamonhangaba	5	1	6	40 577
Pindorama	7		7	10 189
Pinhal	11	2	13	25 720
Piquerobi	1		1	5 675
Piquete	3		3	12 312
Piracaia	3		3	12 200
Piracicaba	83	4	87	116 379
Piraju	9	1	10	24 202
Pirajui	8		8	28 125
Pirangi	3		3	7 112
Pirapozinho	2	1	3	27 414
Pirassununga	16	3	19	27 516
Piratininga	3		3	11 406
Pitangueiras	6		6	14 712
Poa	5		5	16 591
Poloni	3		3	5 784
Pompeia	6	1	7	38 010
Pongai	2		2	4 977
Pontal	8	1	9	13 322
Porangaba	2		2	8 361
Porto Feliz	8		8	21 803
Porto Ferreira	6		6	13 375
Potirendaba	4	2	6	11 950
Pradópolis	1		1	4 479
Presidente Bernardes .	5	1	6	29 982
Presidente Epitácio ..	2		2	18 966
Presidente Prudente ..	35	2	37	72 112
Presidente Venceslau .	9		9	21 551
Promissão	3		3	20 174
Quata ..	3		3	12 098
Queluz	1		1	5 477
Quintana	3		3	11 729
Rafard	2		2	8 144
Rancharia	4		4	21 541

- C O N T I N U A Ç Ã O -

MUNICÍPIOS	CIR.DENT.	DENT.B.LIC	TOTAL	POPULAÇÃO
Regente Feijó	4		4	12 217
Registro	2		2	18 747
Ribeira	1		1	5 819
Ribeirão Bonito	2		2	6 855
Ribeirão Pires	6		6	19 890
Ribeirão Preto	178		178	143 865
Rinção	2		2	6 564
Rinópolis	4		4	24 508
Rio Claro	32	4	36	60 427
Rio das Pedras	4		4	8 647
Riolândia	1		1	8 270
Rubiaceia	1		1	7 492
Sabino		1	1	5 842
Sales	1		1	3 778
Sales Oliveira	2	1	3	7 992
Salesópolis	2		2	9 014
Salmorão	1		1	5 711
Salto	6	1	7	15 454
Salto de Pirapora		1	1	7 031
Salto Grande	1		1	10 929
Santa Adélia	3		3	8 605
Santa Albertina	1	1	2	13 502
Santa Barbara d'Oeste...	10	1	11	22 625
Santa Barbara do R.Pardo..	1		1	1 378
Santa Cruz da Conceição...	1		1	2 183
Santa Cruz das Palmeiras	7		7	10 440
Santa Cruz do Rio Pardo..	11	1	12	38 522
Santa Fé do Sul	5		5	29 243
Santa Gertrudes	1		1	5 130
Santa Isabel	2		2	11 781
Santa Lucia	1		1	5 314
Santa Maria da Serra ...	1		1	2 232
Santa Mercedes	1		1	6 651
Sant'Ana do Parnaíba ...	1		1	5 244
Santa Rita do Passaquatro	9	1	10	19 137
Santa Rosa do Riterbo...	6	2	8	10 727
Santo Anastacio	4		4	21 443
Santo Andre	100	8	108	244 655
Santo Antonio da Alegria	1		1	4 272
Santo Antonio do Pinhal..	1		1	4 612
Santo Antonio da Posse..	3		3	5 709
Santos	179	9	188	263 337
São Bento do Sapucaí ...	3		3	9 868
São Bernardo do Campo...	31		31	82 411
São Caetano do Sul	54	1	55	113 706
Sao Carlos	40	2	42	62 050

- CONTINUAÇÃO -

MUNICÍPIOS	CIR.DENT	DENT.P.LIC	TOTAL	POPULAÇÃO
São João da Boa Vista ..	22	3	25	39 551
São João do Pau d'Alho .	1		1	4 426
São Joaquim da Barra ...	10		10	20 523
São José do Barreiro ...	1		1	5 753
São José da Bela Vista..	1	1	2	7 036
São José do Rio Pardo ..	13	2	15	29 187
São José do Rio Preto ..	68	2	70	84 039
São José dos Campos	22		22	79 406
São Manuel	6	3	9	28 941
São Miguel Arcanjo	2		2	12 751
São Paulo	2228	81	2309	3 792 496
São Pedro	2		2	9 446
São Pedro do Turvo	1		1	10 087
São Roque	6		6	34 298
São Sebastião da Gramma .	4		4	11 402
São Sebastião	1		1	7 401
São Simão	3	2	5	13 753
São Vicente	11	1	12	76 942
Sarapuá	1	1	1	4 978
Sarutaia	1		1	5 602
Serra Azul	2		2	4 610
Serrana	3		3	7 412
Serra Negra	3	2	5	11 927
Sertãozinho	13		13	26 441
Severinia	1		1	8 091
Silveiras	1		1	5 129
Socorro	7		7	20 587
Sorocaba	70	3	73	138 280
Sud Mennucci	1		1	6 923
Sumaré	6		6	10 663
Suzano	6		6	26 332
Tabapuã	3		3	15 320
Tabatinga	3		3	7 427
Taboão da Serra	1		1	8 567
Taguaí		1	1	4 815
Taiuva	3		3	4 358
Tambau	4		4	11 141
Tanabi	6	1	7	21 161
Tapiratiba	2	1	3	9 818
Taquaritinga	9		9	24 447
Taquarituba	5		5	11 958
Tatui	13		13	52 279
Taubaté	37	3	40	77 268
Terra Roxa	2		2	7 828

T A B E L A N º V

MUNICÍPIOS	CIRG.DENT	DENT.P.LIC	TOTAL	POPULAÇÃO
Tietê	8		8	18 157
Timburi	1		1	2 516
Torrinha	1		1	6 568
Tremembe	2		2	9 033
Três Fronteiras	1		1	7 098
Tupa	26	5	31	55 865
Tupi Paulista	6		6	18 207
Ubirajara		2	2	5 553
Uchoa	4		4	9 551
Urania	2		2	4 808
Urupês	4		4	13 632
Valentim Gentil	1	1	2	6 031
Valinhos	10		10	18 319
Valparaíso	4		4	19 793
Vargem Grande do Sul ..	5		5	11 874
Vera Cruz	5		5	14 555
Vinhedo	8		8	12 898
Vinadouro	3	1	4	8 623
Vista Alegre do Alto ...	4		4	2 567
Votuporanga	9		9	32 945
73 Municípios sem den - tistas	0	0	0	449 862
T O T A I S	5 589	289	5 878	12 874 088

VI - ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Ao lado do fator básico representado pela quantidade e qualidade dos Cirurgiões-Dentistas, salientem-se, ainda duas condições complementares: - a assistência dentária ao escolar e a correção da carência de flúor na dieta da criança.

Assistência dentária ao escolar

Há vinte e cinco anos, quando a matrícula primária do Estado era de 350 mil crianças, a Inspetoria de Higiene dentária do Estado registrava, durante o exercício, 157 386 unidades de trabalhos dentários, entre as quais avultavam os "curativos diversos" (71.822) as "avulsões de dentes inaproveitáveis" (42 743) e as "obturações e restaurações" (21 392).

Em 1960, com a matrícula geral primária de 1 220 323, o Serviço Dentário Escolar já pôde assinalar 2 450 377 unidades, assim distribuídas, sem discriminação numérica: a) dentisteria (obturações, extrações, capeamento, e forramento); b) cirurgia; c) aplicação tópica de flúor; d) radiologia; e) ortodontia; f) endodontia. No tocante à quantidade, a proporção de trabalhos praticamente quintuplicou (de 0,4 para 2,0 por escolar). Em relação à área geográfica abrangida, a assistência alargou suas asas consideravelmente, pois há vinte e cinco anos, quase só a Capital era beneficiada, e hoje a distribuição das Clínicas e dos profissionais mostra que o Interior ganhou terreno.

(V. Tabela VI).

T A B E L A VI
Profissionais e Clínicas Odontológicas
- 1960 -

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
Inspetores	24	39	63
Dentistas	346	775	1121
Clínicas	296	819	1115

Mas a zona rural? Terá chegado até ali a assistência dentária? Não sabemos. E na zona rural paulista se localizava à época do último recenseamento, uma enorme parcela da população do Estado: 38% do total recenseado.

Quanto à natureza dos trabalhos, aparece, entre outros, o da aplicação tópica do flúor, cuja presença, inscrita no relatório de agora, se reveste de grande significação.

Carência de flúor e cárie dentária

Constitui conquista pacífica da ciência moderna a noção de que a escassez de flúor na dieta da criança é o mais importante fator da cárie dentária. Daí a iniciativa de "fluorar" a água dos abastecimentos coletivos, onde haja canalização, ou, na falta desta, a de efetuar aplicações tópicas de flúor, umas poucas vezes, nos dentes dos pequeninos escolares. (Os adultos nada lucram, mas não sofrem nenhum prejuízo pelo acréscimo de flúor).

A fluoração da água das grandes cidades vem sendo introduzida rapidamente nos Estados Unidos durante os dois últimos decênios, com evidente vantagem para a redução da cárie, e sem o mínimo inconveniente para a saúde das populações.

GÓVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR
GRUPO DE TRABALHO



OS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NO
ESTADO DE SÃO PAULO

A CARREIRA DE BIBLIOTECÁRIO

Boletim nº 4



Endereço: Faculdade de Direito da Universidade
de São Paulo

- Largo São Francisco -

- 1961 -

Est. 2
812

OS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO

BOLETIM Nº 4 DO GRUPO DE TRABALHO

A CARREIRA DE BIBLIOTECÁRIO

I - A EVOLUÇÃO DAS BIBLIOTECAS

Houve "bibliotecas" desde os tempos em que se escrevia sôbre tijolos de argila ou em folhas de papiro; mas, considerando-se apenas a era cristã, pode-se dizer que foi durante a Renascença, e graças ao labor beneditino dos copistas, que a instituição teve seu primeiro ímpeto de crescimento: "o século XV (informa Rashdall) inaugurou por tóda parte uma fase de expansão das bibliotecas". Eram elas entretanto, de comêço, coleções de manuscritos latinos ou gregos, por vezes originais, mais frequentemente copiados, e esta última circunstância explica por si só os limitados efeitos daquele crescimento. Mesmo assim, já no princípio do século XVI a influência do livro impresso começou a manifestar-se, embora a velha geração de eruditos continuasse a preferir o manuscrito. Sem o livro impresso (observa Gilmore em "O Mundo do Humanismo") a carreira de Erasmo não teria sido possível.

* * *

Daí para cá os progressos técnicos se aceleraram, sendo atingidas por êles as várias condições favoráveis à impressão e popularização do livro. Do ponto de vista material, passou-se, nas tipografias, do primitivo componedor manual para a linotipo e a monotipo de hoje; ao papel feito de trapo (excelente mas escasso) acresceu-se no século XIX o papel de polpa de madeira, praticamente inesgotável e para cujo fabrico se abatem, cada ano, imensas florestas. E evoluiu-se da prensa rudimentar de Guttenberg para as rotativas atuais, que imprimem dezenas de milhares de folhas por hora. No âmbito espiritual, grandes forças

intervierem por sua vez, entre as quais devemos salientar as franquias à manifestação do pensamento e a universalização (ao menos nos países vanguardeiros) dêsse maravilhoso invento do século XIX que é a escola primária gratuita e obrigatória, graças à qual se alargaram as portas de ingresso para os domínios da cultura.

Como nova etapa evolutiva, ganha terreno agora o propósito de oferecer às populações o maior número possível de oportunidades para o contacto com o livro. A idéia não é de hoje. Gabriel Naudé, bibliotecário do cardeal Mazarino, havia dito no século XVII: "Será fútil gastar dinheiro com livros quando não se tenha o propósito de entregá-los ao público". Muitos países já se encaminharam nesse sentido, destacando-se entre eles, por sua posição pioneira, os Estados Unidos. Em 1930, na grande república de Lincoln, 18% da população rural se beneficiava com os serviços de bibliotecas; mas em 1960, graças a uma lei federal de cinco anos antes, e cujo projeto tivera no Congresso o apóio dos dois partidos, o programa daqueles serviços pode alcançar 50% da população. E desde 1961 entrou em vigor o plano de levar os cidadãos aos benefícios a mais 35% dos habitantes rurais, pois o Congresso votou (sempre com o apóio bi-partidário) a prorrogação, por mais cinco anos das verbas federais destinadas àquele fim.

* * *

É obvio, todavia, que não se pode aplicar êsse poderoso instrumento de elevação cultural a regiões cujos habitantes ignorem a forma de servir-se do livro, ou careçam de lazer para isso. Em outras palavras, o rendimento das bibliotecas em proveito de cada indivíduo e no da civilização em geral, pressupõe um mínimo de eficiência do sistema escolar da comunidade. E exige o aperfeiçoamento das técnicas de produção econômica, a fim de que desapareça da face da terra a exploração do trabalho infantil, e os trabalhadores juvenis ou adultos possam dispor de lazer. O uso acertado do lazer (escreve Bertrand Russell) é produto da civilização. E o lazer, de sua parte (adverte o filósofo), representa uma importante condição de aperfeiçoamento da humanidade. Sobretudo se, com vista nesse lazer, o livro esti -

ver de pronto ao alcance de todos os interessados.

* * *

As grandes bibliotecas de hoje - quer gerais, quer especializadas - continuam, como no passado, a servir aos eruditos e aos pesquisadores, pondo-lhes à disposição, com fidelidade e presteza, tudo de que cada um necessite no setor da respectiva especialidade. Para isso têm elas adotado novas formas de documentação (a filmagem de livros raros, por exemplo), ou processos expeditos para traduzir (o tradutor mecânico!), ou técnicas automáticas de seleção de fichas.

Mas a essa função tradicional, adiciona-se agora, como vimos, uma outra, tão útil quanto a primeira e de amplitude ainda maior: é a que consiste em colocar-se a r^ede de bibliotecas de cada país ao serviço da educação popular. "Todos os cidadãos têm direito ao livro" - escreveu o Inspetor Geral das Bibliotecas francesas, condensando a frase de Naudé, segundo a qual "não se pode negar o manuseio do livro ao mais modesto homem que dêle precise".

* * *

Por perceber o avigoreamento dessa tendência entre as nações da atualidade, a UNESCO publicou em 1950 um importante documento, em cujo preâmbulo se lê:

" O presente manifesto, descrevendo o papel que a biblioteca pública pode ser chamada a desempenhar, proclama a confiança que a UNESCO deposita nessa instituição como força viva ao serviço da educação popular e do desenvolvimento da compreensão internacional, e, consequentemente, da paz."

E o manifesto prossegue:

" Embora essencialmente destinada a assegurar a educação dos adultos, a biblioteca pública deve igualmente

completar a tarefa da escola, desenvolvendo o gosto pela leitura nas crianças e nos jovens, para o fim de convertê-los em adultos capazes de apreciar os livros e de retirar deles o proveito que contém."

Gratuita e aberta a todos, diz ainda o manifesto, a biblioteca dos novos tempos deve dar a cada um, aos jovens como aos adultos de um e outro sexo a possibilidade e o desejo:

1. De nunca cessar de instruir-se;
2. De se manter informado a respeito dos progressos realizados em todos os setores do saber;
3. De salvaguardar sua liberdade de expressão e manter-se animado por um espírito crítico e construtivo em relação aos assuntos da vida pública;
4. De aperfeiçoar-se no cumprimento de seus deveres sociais e políticos, no que se refere ao seu país e ao mundo;
5. De executar cada vez melhor seus deveres cotidianos;
6. De desenvolver sua faculdade crítica e criadora no domínio das letras e das artes;
7. De contribuir, de modo geral, para o progresso da ciência;
8. De utilizar seus lazeres de forma proveitosa para si mesmo e para a sociedade.

* * *

Jules Cain, diretor geral da Biblioteca Nacional de Paris, assinalava em 1950 a situação invejável em que se acham as "bibliotecas municipais" da Suécia ou da Inglaterra, dos Países Baixos ou da Suíça, "para não falar senão da Europa".

Nesses países de elevado nível de civilização, as bibliotecas de qualquer cidade apresentam-se como organismos completos, constituídos por um corpo central e ramos que dele dependem - aquêles e êstes dotados da maior eficiência.

Isto na Europa. Quanto aos Estados Unidos, a profundidade da penetração do livro nas diferentes camadas sociais, e a amplitude da respectiva área de penetração, são fatos que universalmente se reconhecem. O relator do presente Boletim, de vol

ta de viagem a êsse país em 1946, comentou:

"Não existe alí grande cidade que não tenha pelo menos uma grande biblioteca, nem pequena cidade que não possua no mínimo uma pequena biblioteca".

E hoje, como dissemos acima, a própria zona rural está em vésperas de saturar-se de bibliotecas circulantes, para cuja manutenção concorrem verbas municipais reforçadas por vultoso auxílio do orçamento federal.

Êsses exemplos valem para o Brasil como estímulo e como inspiração. No caso do Estado de São Paulo (pois que é dê le, especialmente, que estamos tratando), deve-se reconhecer que temos obtido relativo progresso no setor das grandes bibliotecas, o qual, segundo crêmos, só abrange a Biblioteca Municipal da Capital, as bibliotecas de alguns institutos científicos e as de algumas escolas superiores. Êsse progresso diz respeito não só ao crescimento do acervo da biblioteca, mas também à qualificação do seu pessoal, à técnica de seus serviços e à modernização de sua atitude para com o público.

Quanto à réde de bibliotecas municipais, que deveria estender-se pelo Estado inteiro, o quadro estatístico anexa do ao presente Boletim não nos parece animador, pois dê se infere que mais de 70% dos atuais municípios paulistas ainda não a linham aquela instituição entre os índices do seu adiantamento cultural.

II - O BIBLIOTECÁRIO E SUA FORMAÇÃO

A evolução das bibliotecas impôs a evolução do bibliotecário. Os modelos antigos (de que ainda subsistem muitos exemplares) são bem conhecidos: o do bibliotecário inculto, o do bibliotecário que desconhece os recursos de sua biblioteca, o do bibliotecário que ignora as técnicas da profissão, o do bibliotecário hostil ao consulente, o do bibliotecário ciumento de seus livros. Anatole France (que, aliás, também foi bibliotecário) nos dá, dêste último em " La Révolte des Anges " uma caricatura deliciosa. "Monsieur" Sariette amava sua biblioteca com amor ciumento e parecia-lhe monstruoso, iníquo e desolador que qualquer livro se afastasse um segundo sequer da respectiva estante. Por isso o visitante que penetrasse na imensa livraria a seu cargo, era sempre mal visto: - Talvez viesse pedir algum livro emprestado!

Entretanto, cento e trinta anos antes de "Monsieur" Sariette ter nascido, já o abade Cotton des Houssayes, bibliotecário de carne e osso eleito "conservador" da biblioteca da Sorbone, declarara em seu discurso de posse:

"O conservador de uma biblioteca, se quiser demonstrar sua dedicação à Ciência, deverá acolher todos os visitantes - sejam eles homens de estudo ou simples curiosos - com uma solicitude tão polida e tão amável que esse acolhimento dê a cada um a impressão de que esta sendo alvo de distinção personalíssima:"

Mais adiante, falando ainda à gente sorboniana, o novo bibliotecário adverte:

"O responsável por um depósito literário deve sobretudo evitar essa atitude infeliz, que o converteria no dragão da fábula, ciumento dos tesouros cuja vigilância lhe foi entregue, e que o induziria a ocultar da vista do público riquezas que não foram reunidas senão para serem postas a disposição desse mesmo público".

Quem cita essas palavras do abade é Marcel Bouteiron, Membro do Instituto, bibliotecário durante quase quarenta anos, e que confessa: " não houve um só dia em que eu não exercesse esse admirável ofício sem experimentar a mesma sensação de felicidade!"

E previne, quanto aos requisitos da profissão:

" É imprescindível exigir do bibliotecário, e exigir sempre, um alto grau de cultura, uma técnica aprimorada e o senso do serviço público. Sim: o primeiro dever do bibliotecário é o de servir"

"Servir" na esfera de sua competência, procurando compreender e orientar a todos - ao erudito como ao principiante, ao cientista em busca da solução de problemas complexos, como ao leitor que pretenda apenas achar no livro uma hora de distração. E Marcel Bouteron conclui:

" Em sua alta missão de cultura, o bibliotecário deve postar-se na primeira fila, na vanguarda dessa elite que trabalha em benefício de todos os homens e que a todos aconselha, esclarece e conforta." (IN L'EDUCATION NATIONALE, Paris, dezembro, 1950)

O bibliotecário: profissional de nível superior

Os cursos destinados especificamente à formação de bibliotecários tiveram seu bêrço nos Estados Unidos, pois foi nesse país que nasceu em 1887 a primeira escola da espécie, - a "School of Library Service", da "Columbia University". De então até hoje fundaram-se por lá algumas dezenas de instituições análogas, das quais nem tôdas subsistiram e, entre as que subsistiram, nem tôdas lograram "acreditar-se" perante a respectiva entidade de classe, que é a "American Library Association". Tais escolas são tôdas de grau superior, quer pelas exigências que impõem aos candidatos à matrícula, quer pela duração e nível do seu ensino, ou, ainda, pelos graus que conferem e pela natureza das funções a serem confiadas aos respectivos titulares.

Sem nos determos em cada uma dessas particularidades, registremos contudo que no ano de 1958 foram conferidos a 1 690 egressos das escolas de biblioteconomia norte-americanas os seguintes títulos universitários:

a) de "bacharel" ou "master" de 1º grau....	1690
b) de "master" do 2º grau	157
c) de "doutor"	19

De muito maior importância que o grau são as funções atribuídas aos respectivos portadores. Eis, em resumo, o que sôbre isso declarou em 1945 uma publicação oficial:

1. Compete ao bibliotecário, como função essencial, preparar quaisquer impressos (livros, periódicos, folhetos, mapas, relatórios e documentos históricos) para uso dos estudiosos, dos pesquisadores, dos legisladores, dos funcionários e do público em geral.
2. Cabe-lhe indagar dos interesses da população em matéria de publicações e aparelhar a biblioteca para atendê-los, assim como divulgar informações a respeito das atividades desta.
3. Cabe-lhe ainda escolher e adquirir livros e outros materiais; adotar processos conhecidos para a catalogação, a arrumação e a distribuição de livros, e também assistir os leitores na procura de livros e informes do interesse deles.
4. É atribuição sua ajudar as crianças e os jovens para que ampliem seus conhecimentos no domínio dos livros, e para que tomem gosto pela leitura.
5. Deve auxiliar de modo especial os adultos que venham à biblioteca em busca de recreio ou de informações.
6. Deve também colaborar com as escolas na organização de cursos de natureza cultural, e apoiar a formação de grupos de leitura e de discussão destinados a promover a educação dos adultos.
7. E deve, por fim, coordenar os trabalhos da biblioteca com as atividades dos departamentos congêneres da cidade, do município, do Estado ou da União.
(The Job of Librarian - U.S.P. Printing Office)

A enumeração acima é suficiente para evidenciar a extraordinária importância das bibliotecas para o progresso do mundo em que vivemos, e que pode muito bem caracterizar-se por estas duas preocupações: a da especialização profissional de cada um e a da elevação cultural de todos, empreendidas uma e outra sem discriminações nem privilégios. Na estratégia dessa campanha civilizadora, o bibliotecário moderno - como o definiram os fundadores da biblioteconomia - ocupa uma posição de acentuado relêvo.

III-RELAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SEMI-PÚBLICAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO. (D E E) - 1960 -

MUNICÍPIOS	Municip.	Estatais p/Estatais	Particul.	TOTAL
Adamantina	1	-	-	1
Águas da Prata	1	-	-	1
Águas de Lindóia	1	-	-	1
Altinópolis	1	-	-	1
Alvares Machado	1	-	-	1
Americana	1	-	1	2
Amparo	-	-	1	1
Andradina	-	-	1	1
Angatuba	-	-	1	1
Araçatuba	-	-	1	1
Araraquara	1	4	7	12
Araras	1	-	-	1
Assis	2	-	-	2
Atibaia	2	-	-	2
Avare	1	-	-	1
Barretos	-	-	4	4
Barrinhas	1	-	-	1
Batatais	1	-	2	3
Bauru	1	1	6	8
Bebedouro	-	-	3	3
Birigui	-	-	1	1
Bocaina	-	-	1	1
Botucatu	-	-	3	3
Bragança Paulista	-	-	3	3
Brotas	-	-	1	1
Caçapava	-	-	2	2
Caconde	-	-	1	1
Campinas	2	2	9	13
Campos do Jordão	-	-	3	3
Capivari	1	-	-	1
Catanduva	1	1	1	3
Cravinhos	-	-	1	1
Cruzeiro	1	-	-	1
Cubatão	-	1	-	1
Descalvado	1	-	-	1
Dracena	1	-	-	1
Eldorado	1	-	-	1
Fernandópolis	1	-	-	1
Franca	-	-	2	2
Franco da Rocha	-	1	1	2
Gália	1	-	-	1
Barça	1	-	-	1
Guarantã	-	-	1	1
Guaratingueta	2	1	2	5
Guariba	-	-	2	2
Guaruja	-	-	1	1
Guarulhos	1	-	1	2

(Continuação)

MUNICÍPIOS	Municip.	Estatais p/Estatais	Particul.	TOTAL
Herculândia	1	-	-	1
Iacanga	-	-	1	1
Ibitinga	-	-	2	2
Ibiuna	-	-	1	1
Indaiatuba	1	-	-	1
Ipauçu	1	-	-	1
Itajobi	-	-	1	1
Itapetininga	1	1	3	5
Itapevi	-	-	1	1
Itapira	1	-	-	1
Itapolis	1	-	-	1
Itatiba	1	-	-	1
Itu	-	-	8	8
Jaboticabal	-	-	3	3
Jacareí	1	-	-	1
Jambeiro	1	-	-	1
Jau	1	-	-	1
José Bonifácio	1	-	-	1
Jundiaí	-	-	2	2
Laranjal Paulista	1	-	-	1
Lavinia	1	-	-	1
Leme	1	-	-	1
Limeira	1	-	1	2
Lins	1	-	1	2
Lorena	1	1	-	2
Marília	1	-	7	8
Martinópolis	1	-	-	1
Matão	1	-	-	1
Mauá	-	-	1	1
Mirassol	1	-	1	2
Mogi das Cruzes	1	-	1	2
Mogi Guaçu	1	-	-	1
Mogi Mirim	-	-	2	2
Monte Alegre do Sul ..	1	-	-	1
Nova Granada	1	-	-	1
Novo Horizonte	-	-	1	1
Olímpia	1	-	-	1
Paraguaçu Paulista	-	-	2	2
Pederneiras	1	-	-	1
Pereira Barreto	1	-	-	1
Piedade	1	-	-	1
Pindamonhangaba	2	-	2	4
Pindorama	-	-	1	1
Pinhal	1	-	-	1
Piracaia	1	-	-	1
Piracicaba	1	4	5	10
Pirajui	1	-	-	1
Poa	1	-	-	1
Pompéia	1	-	-	1
Presidente Alves	-	-	1	1
Presidente Bernardes ..	1	-	-	1
Presidente Prudente ..	1	-	-	1
Promissão	-	-	2	2

(Continuação)

MUNICÍPIOS	Municip.	Estatais p/Estatais	Particl.	TOTAL
Quatá	1	-	-	1
Ribeirão Preto	-	3	9	12
Rincão	1	-	-	1
Rio Claro	-	1	9	10
Salto Grande	-	-	1	1
Santana de Parnaíba ...	1	-	-	1
Santo Anastácio	1	-	-	1
Santo André	2	-	3	5
Santo Antonio da Alegria	1	-	-	1
Santos	1	3	28	32
São Bernardo do Campo .	1	-	-	1
São Caetano do Sul ...	1	-	-	1
São Carlos	1	1	1	3
São João da Boa Vista ..	-	-	3	3
São José do Rio Pardo .	1	-	1	2
São José do Rio Preto .	1	-	-	1
São José dos Campos ...	-	-	3	3
São Manuel	1	-	-	1
São Paulo	21	71	72	164
São Roque	-	-	2	2
São Sebastião	1	-	-	1
São Simão	1	-	-	1
São Vicente ..	1	1	-	2
Serra Negra	1	-	-	1
Sertãozinho	1	-	-	1
Socorro	-	-	1	1
Sorocaba	-	1	9	10
Tambau	-	-	1	1
Tanabi	1	-	-	1
Taquaritina	1	-	-	1
Tatui	-	-	2	2
Taubaté	1	1	4	6
Tietê	1	-	-	1
Tupã	-	-	2	2
Ubatuba	-	-	2	2
Urupês	1	-	-	1
Valentim Gentil	1	-	-	1
Valinhos	1	-	-	1
Valparaíso	1	-	-	1
Vera Cruz	1	-	-	1
TOTAL	119	99	266	484

IV - OBSERVAÇÕES SOBRE AS BIBLIOTECAS DOS MUNICÍPIOS

Bibliotecas não incluídas - Segundo informam as repartições competentes (IBGE e DEESP), na relação que delas recebemos não foram incluídas as bibliotecas com acervo inferior a 300 volumes, nem as pertencentes a escolas de grau primário ou médio, ou a associações desportivo-recreativas.

Aumento na proporção de bibliotecas - Em 1938, do total de 253 municípios paulistas havia 41 (ou 16%) com bibliotecas. Em 1959, presentes 505 municípios, 134 dentre eles (ou 26%) possuíam essa instituição cultural. Progrediu-se, portanto, embora lentamente.

População urbana dos municípios sem biblioteca - Os países mais adiantados já levam o livro até a zona rural. Quanto aos municípios de nosso Estado, são em grande maioria, como vimos, os que não instalaram biblioteca, nem mesmo no centro urbano. Em relação a muitos, a razão estará na debilidade demográfica dêsse centro. De fato, existiam no Estado, segundo o censo de 1960, nada menos de 135 municípios cuja população da sede era inferior a 1000 habitantes. Assinalando tão somente os municípios que não acusam bibliotecas, e cuja população urbana é superior a 4000 habitantes, eis os grupos em que os distribuimos:

- a) Sem biblioteca e com população urbana entre 4000 e 4999 habitantes: Cachoeira Paulista, Cândido Mota, Caraguatatuba, Cerqueira Cesar, Chavantes, Colina, Conchas, Cotia, Flórida Paulista, Iguape, Irapuru, Itanhaen, Jardimópolis, Junqueiropolis, Mirandópolis, Monte Azul Paulista, Morro Agudo, Pirapozinho, Piratininga, Pitangueiras, Santa Isabel, Santa Rosa do Viterbo e Tupi Paulista;
- b) Sem biblioteca e com população urbana entre 5000 e 5999 habitantes: Bernardino de Campos, Capão Bonito, Dois Córregos, Duartina, Igarapava e Jales;
- c) Sem biblioteca e com população urbana entre 6000 e 6999 habitantes: Itaquaquecetuba, Itarare, Lençóis Paulistas, Orlandia, Palmital, Piraçununga e Santa Rita do Passa Quatro;
- d) Sem biblioteca e com população urbana entre 7000 e 7999 habitantes: Casa Branca, Guararapes, Ituverava, Monte Alto e Pedreira;
- e) Sem biblioteca e com população urbana entre 8000 e 8999 habitantes: Barra Bonita, Lucélia, Penápolis, Piquete e Rancharia;

- f) Sem biblioteca e com população urbana entre 9000 e 9999 habitantes: Guareí, Presidente Venceslau, Ribeirão Pires, Santa Fé do Sul e Santo Anastacio;
- g) Sem biblioteca e com população urbana entre 10000 e 10999 habitantes: Itapeva, Suzano e Votuporanga;
- h) Sem biblioteca e com população urbana entre 11000 e 14999 habitantes: Porto Feliz, Mariapolis, Osvaldo Cruz, Salto, Santa Barbara d'Oeste e Santa Cruz do Rio Pardo.
- i) Sem biblioteca e com população urbana de 15000 habitantes ou mais: Mococa, (15 491 habitantes), Ourinhos (25 702 habitantes) e Barueri (28 625 habitantes).

* * *

V - O ENSINO DA BIBLIOTECONOMIA NO ESTADO DE SÃO PAULO
(EXPOSIÇÃO DE UM GRUPO DE PROFESSÓRAS)

Em 1929 o Mackenzie convidava a Senhorita Dorothy Muriel Gueddes (hoje, Senhora Arthur E. Gropp) para organizar a biblioteca daquele instituto, em mudança para prédio novo, onde foi criado, nessa mesma época, um curso elementar de biblioteconomia sob a orientação da eminente bibliotecária americana. A semente não poderia ter sido melhor; vinha diretamente da pátria da biblioteconomia. Esse germe, lançado em nossa terra, abria perspectivas para consideráveis realizações que tiveram lugar nestes últimos vinte anos.

A primeira Escola de Biblioteconomia

A primeira e mais importante dessas realizações foi a criação da Escola de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, em 1936, tendo como fundadores e únicos professores Rubens Borba de Moraes, diretor da Biblioteca Pública Municipal, e Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo, aluna e sucessora da senhorita Gueddes, vinda do Mackenzie e já diplomada em Biblioteconomia pela Universidade de Columbia em Nova York. Tiveram êsses pioneiros, sôbre seus ombros, o pesado encargo do ensino de tôdas as disciplinas incluídas no currículo da Escola: catalogação, classificação, bibliografia e referência, e administração de bibliotecas.

Foi tal o interêsse despertado pela Escola que, em 1937, o número de matrículas atingia a 215 alunos, prova incontestante de que o ensino da biblioteconomia, já naquela época, era uma necessidade social. À vista dos excelentes resultados obtidos, a Prefeitura Municipal amparou no ano seguinte a iniciativa, concedendo um auxílio financeiro para fazer face às despesas de expediente e pagamento de professores.

Entretanto, em 1939, com a mudança de Prefeito era o curso suprimido e cancelada a subvenção.

Não desanimaram seus fundadores e procuraram obter

o auxílio da Escola de Sociologia e Política de São Paulo a cuja sombra se acolheu a Escola de Biblioteconomia, instalando-se então, em 1940, o curso que seria daí a pouco o maior centro de divulgação biblioteconômica do país, influenciando de maneira decisiva na renovação de nossas bibliotecas, na organização de nosso acervo bibliográfico, na Fundação de outros cursos em outros Estados da União e, principalmente, na formação de um espírito profissional, até então inexistente em nossa Pátria.

Reiniciou a Escola, suas atividades, em 1940, com 180 alunos.

Cuidou-se desde logo de ampliar o programa incluindo-se nele matérias que faltavam. A organização de uma biblioteca especializada no assunto, para uso de alunos e mestres, foi objeto de cogitação imediata. A escola projetava, também, conceder bolsas de estudos a candidatos de outros Estados da União.

Êsses objetivos foram alcançados no período de 1943-1948, com a ajuda da Fundação Rockefeller. O programa foi ampliado, tornando-se equivalente ao das "Library schools" americanas. Muitos estudantes de fora puderam fazer o curso com tôdas as despesas, quer de viagem, quer de permanência, pagas pela Escola. Alguns dêsses estudantes, retornando a seus Estados, fundaram outras escolas de biblioteconomia, que floresceram e continuam prestando relevantes serviços à Nação e à sociedade.

Iniciada em tão precárias condições, vem a Escola se mantendo e se aperfeiçoando até os dias de hoje. Por ela já passaram quase seiscentos bibliotecários, considerados profissionais liberais pela portaria nº 162, de 7 de outubro de 1958, do Ministério do Trabalho, e que, espalhados por todos os recantos do País, estão contribuindo para a modernização de nossas bibliotecas e para a formação de uma consciência profissional. Por ex-alunos seus foram criadas as escolas de biblioteconomia de Campinas, São Carlos, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Pôrto Alegre.

Ampliação e reestruturação

Até o ano de 1953 vinha a Escola mantendo seu curso com apenas um ano de duração. Exigia-se do candidato, como prova de habilitação, para ingresso, exame de inglês, francês, conhecimentos gerais, datilografia, além de título provando a conclusão do curso ginasial e mais um ano de estudo correspondente ao segundo ciclo secundário. Essa era a exigência mínima.

Sentiam, entretanto, seus dirigentes e professores, a exigüidade de tempo para dar um programa que, na realidade, habilitasse o estudante ao desempenho da profissão que vinha de escolher. Passou então a Escola, em 1954, a ministrar o curso de Biblioteconomia em dois anos, e impondo maiores exigências para a **admissão à série inicial**. O candidato devia ser portador de certificado de conclusão de curso secundário completo (1º e 2º ciclos), ou de título equivalente, e submeter-se ao concurso de habilitação, constante das provas já mencionadas e do exame de português. Suprimiu-se, entretanto, a prova de datilografia.

Em 1960, após prolongado trabalho de um grupo de estudos, integrado pelo Diretor da entidade e por vários professores da Escola de Biblioteconomia, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, foi o curso reestruturado, enquadrando-se nas exigências da Lei que rege o ensino de nível superior, e ampliando-se sua duração para três anos. A elevação do curso de Biblioteconomia a nível universitário teve por objetivo dar ao ensino condições de atender ao progresso alcançado, em nosso país, e em todo o mundo nos domínios da Biblioteconomia e Documentação. E a reestruturação por que passou orientou-se por conclusões e recomendações dos últimos congressos nacionais e internacionais.

Do novo currículo, além das matérias especializadas - catalogação, classificação, seleção, bibliografia e referência, organização e administração de bibliotecas, documentação - constam também disciplinas destinadas a ampliar o horizonte cultural dos futuros bibliotecários, tais como: Teoria da Organização e Administração, Introdução à Cultura Histórica, Introdução às Ciências Sociais, Introdução à Cultura Artística e Literária.

Atendendo às exigências do progresso científico e tecnológico, a formação do bibliotecário requer o aprendizado da documentação, disciplina que já vinha sendo ministrada no Curso de Biblioteconomia, mas que, com a nova organização que lhe dá a Escola, adquire maior amplitude e profundidade. Segue nesse particular, a Escola, o que afirmam as maiores autoridades em Biblioteconomia e Documentação, entre elas Herbert Coblans, diretor da Divisão de Informação Científica do Centro Europeu para a Pesquisa Nuclear da França:- "O treinamento em técnica documentária só poderá ser perfeito se apoiado numa formação biblioteconômica".

À espera de ingresso no sistema universitário

O ensino da Biblioteconomia, em São Paulo, está ainda em situação precária. Falta-lhe o desejável e imprescindível apoio oficial. Contamos, sem dúvida, com uma boa Escola, que tem a seu favor grande lastro de trabalho realizado, mas que, constituindo exceção entre as demais existentes no país, ainda não faz parte integrante do sistema universitário.

São Paulo, 19 de abril de 1961

(aa) Noemi do Val Penteado, professora de Classificação; Noemia Lentino, professora de Classificação; Regina Carneiro, professora de Catalogação; Maria Luísa Monteiro da Cunha, Professora de Catalogação.

* * *

VI - ESTATÍSTICA DAS ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA (E.S.P.)

I - M A T R I C U L A S

Escola de Biblioteconomia	1957	1958	1959	1960	1961
1. da Esc. Sociologia e Política (Capital)	31	22	20	31	25
2. da Fac. Filosofia da PUC (Campinas)	7	12	21	37	31
3. de São Carlos	-	-	9	4	7
T O T A L	38	34	50	72	63

II - VESTIBULARES: Inscritos (I), Aprovados (A) Matric. (M)

Escolas	1957			1958			1959			1960			1961		
	I	A	M	I	A	M	I	A	M	I	A	M	I	A	M
1. Esc. Sociol. Polit. (Capital)	36	31	31	30	22	22	25	20	20	43	31	31	29	25	25
2. Fac. Fil. da PUC (Campinas)	2	1	1	14	12	12	15	15	15	27	25	24	22	14	14
3. São Carlos	-	-	-	-	-	-	22	20	9	18	16	5	10	10	7
TOTAL	38	32	32	44	34	34	62	55	44	88	72	60	61	49	46

OBSERVAÇÕES

- A despeito da importância social da carreira de Bibliotecário, e do fato de poder ela proporcionar uma das profissões mais adequadas às moças inteligentes, já se manifestam (como se vê no quadro acima) sinais de desinterêsse. A êsse sinais pode se associar o fechamento de alguns cursos da especialidade, que não incluímos no quadro. A evasão à carreira, por sua vez é acentuada. (V. abaixo a distribuição dos bibliotecários).

A interpretação de tais fatos parece-nos evidente. O técnico em Biblioteconomia tem nível universitário, quer pela elevação de seus estudos, quer pela natureza e complexidade de sua profissão: contudo, a remuneração que lhe atribui o poder público está abaixo daquê nível. Daí o desinterêsse, pondo em risco a expansão e o aperfeiçoamento da rede de bibliotecas do Estado de São Paulo.

Análogo fenômeno ocorreu nos Estados Unidos - berço da Biblioteconomia. Mas ali o poder público, alertado a tempo, já começou a reagir pela elevação dos vencimentos dos bibliotecários.

VII - DISTRIBUIÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS DIPLOMADOS

(Levantamento efetuado pela professora Noemia Lentino, da Escola de Biblioteconomia anexa à Escola de Sociologia e Política de São Paulo)

Não há, em relação ao bibliotecário, registro obrigatório para o exercício da profissão, tal como acontece com os advogados, Engenheiros, Contadores, etc. Assim sendo, um levantamento completo, dos que exerce a profissão é difícil, uma vez que, embora existindo a Associação Paulista de Bibliotecários e a Associação de Bibliotecários Municipais da Cidade de São Paulo (meas entidades de classe), estas não cobrem a totalidade dos titulares em exercício. Foram localizados 494 profissionais.

Bibliotecários localizados

A. Funcionários públicos municipais (73)

Biblioteca Municipal "Mario de Andrade"	48
Bibliotecas Infanto-Juvenís	17
Outras repartições	<u>8</u>
<u>Total</u>	73

B. Funcionários públicos estaduais (117)

Secretarias de Estado	59
Universidade de São Paulo	47
Ministério Público	4
Tribunais	<u>7</u>
<u>Total</u>	117

C. Funcionários públicos federais (8)

Escola Paulista de Medicina	4
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística .	<u>4</u>
<u>Total</u>	8

D. <u>Em autarquias ou instituições particulares (69)</u>	
SESI, Petrobrás, Cubatão, COSIPA, Laboratórios, Clubes, hospitais e outras instituições	57
Ginásios, colégios, Universidade Mackenzie, União Brasil-Estados Unidos	12
E. <u>Fora da Capital do Estado (50)</u>	
No Interior do Estado	13
Em outros Estados brasileiros	12
Nos Estados Unidos	5
F. <u>Abandonaram a profissão (182)</u>	
Por motivo de casamento	175
Para exercerem outros cargos	7
G. <u>Não colocados ou falecidos (15)</u>	
Ainda não colocados	10
Falecidos	5

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

VIII - ACERVO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DE 1953 e 1960

BIBLIOTECAS	1953	1960
Biblioteca Central da U.S.P.	15 000	20 186
<u>Institutos Universitários</u>		
Fac. de Arquitetura e Urbanismo	2 625	9 563
Fac. de Ciências Econômicas e Administ.	3 499	15 000
Fac. de Direito	78 547	109 212
Fac. de Direito (Biblioteca Circulante)	8 632	11 389
Fac. de Farmácia e Odontologia	4 737	17 130
Fac. de Filosofia Ciências e Letras	37 400	66 008
Fac. de Higiene e Saúde Pública	10 040	45 396
Fac. de Medicina	62 500	69 332
Fac. de Medicina de Ribeirão Preto ..	1 279	25 509
Fac. de Medicina Veterinária	13 165	19 208
Escola de Engenharia de São Carlos ..	1 430	14 391
Escola Politécnica	39 571	42 623
Escola Superior de Agricultura "L. Queiroz"	13 792	17 215
<u>Institutos Anexos</u>		
Escola de Enfermagem	1 500	7 508
Escola de Enfermagem de Rib. Preto ...	-	1 449
Instituto de Administração	21 382	31 847
Instituto Astronômico e Geofísico ...	-	15 000
Instituto de Eletrotécnica	3 260	17 411
Instituto de Estudos Portugueses	-	4 612
Instituto Oceanográfico	625	14 928
Instituto de Pesquisas Tecnológicas ..	6 622	25 921
Instituto Zimotécnico	-	-
Instituto "Oscar Freire"	3 170	-
<u>Institutos Complementares</u>		
Dep. de Assistência ao Cooperativismo ...	-	12 539
Dep. de Assistência a Psicopatas	-	20 978
Departamento de Zoologia	-	43 406
Escola de Polícia	-	4 532
Instituto Adolfo Lutz	-	27 777
Instituto Agrônômico	-	61 615
Instituto Biológico	-	140 500
Instituto Butantan	-	35 973
Museu Paulista	-	45 712
Serviço Florestal	-	10 000
Escola de Sociologia e Política	-	-
<u>TOTAL GERAL</u>	<u>331 776</u>	<u>1 003 870</u>

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
 MOVIMENTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS EM 1953 E 1960
 Dados fornecidos pela Biblioteca da U. S. P.

BIBLIOTECAS	1953		1960	
	Consulta	Emprestimo	Consulta	Emprestimo
Biblioteca Central da U.S.P.	1 235	501	913	381
Institutos Universitários				
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.....	-	3 097	-	7884
Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas	-	-	-	-
Faculdade de Direito	18 384	-	48 451	-
Faculdade de Direito .. (Biblioteca Circulante)	-	19 885	-	33 125
Faculdade de Farmácia e Odontologia	2 771	6 013	5 463	12 086
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	10 295	2 138	3 417	1 967
Faculdade de Higiene e Saúde Pública	12 623	5 454	12 124	10 086
Faculdade de Medicina	23 093	12 580	16 229	12 066
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	3 132	3 007	54 803	30 205
Faculdade de Medicina Veterinária	8 540	-	8 511	5 957
Escola de Engenharia de São Carlos	334	113	5 566	7 888
Escola Politécnica	13 869	-	13 872	-
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"	3 530	5 625	2 011	1 852
Subtotal	97 806	58 413	171 360	123 497

(continuação)

BIBLIOTECAS	1953		1960	
	Consulta	Emprestimo	Consulta	Emprestimo
Transporte subtotal	97806	58 403	171 360	123 497
Institutos anexos				
Escola de Enfermagem	14055	-	16 069	5 547
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.....	-	-	2 105	1 278
Instituto de Administração	34920	18 449	29 342	17 771
Instituto Astronômico e Geofísico	-	-	6 500	5 128
Instituto de Eletrotécnica	4010	3 000	6 675	4 962
Instituto de Estudos Portugueses	-	-	1 738	-
Instituto Oceanográfico	-	-	-	1 361
Instituto de Pesquisas Tecnológicas	-	-	4 790	-
Instituto Zimotécnico	-	-	-	-
Instituto Oscar Freire	680	-	-	-
Institutos complementares				
Departamento de Assistência ao Cooperativismo	-	-	802	320
Departamento de Assistência a Psicopatas	-	-	522	601
Departamento de Zoologia	-	-	2 166	2 320
Escola de Polícia	-	+	302	562
Instituto Adolfo Lutz	-	-	13 996	7 653
Instituto Agrônomo	-	-	-	-
Instituto Biológico	-	-	33 613	5 646
Instituto Butantã ..	-	-	1 864	-
Museu Paulista	-	-	397	1 513
Serviço Florestal	-	-	90	465
Escola de Sociologia e Política	-	-	-	-
TOTAL	151471	79 862	292 331	178 624

X-BIBLIOTECAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (DEE)

Situação de 31 - 12 - 59

ESPECIFICAÇÃO	ESTADO	CAPITAL	INTERIOR				
Bibliotecas (*)		461	159	302			
Volumes existentes em 31-XII	3 138	863	2 143	614	995	249	
Consultas na biblioteca	2 696	624	2 030	590	666	034	
Empréstimos a domicílio .	1 137	735	671	569	466	166	
Leitores durante o ano ..	2 137	995	1 206	514	931	481	
Pessoal empregado	1	432		899		533	
Bibliotecários formados .		235		194		41	
Homens		22		18		4	
Mulheres		213		176		37	
Bibliotecários práticos .		355		111		244	
Homens		158		44		114	
Mulheres		197		67		130	
Pessoal administrativo e auxiliar		842		594		248	
Homens		394		253		141	
Mulheres		448		341		107	
Bibliotecas que informaram o movimento de leitura (assunto e idioma)		354		108		246	
Total do movimento de leitura	2 814	175	1 756	853	1 057	322	
<u>Segundo o assunto</u>							
Obras gerais	934	044	546	806	387	238	
Filosofia	90	575	52	289	38	286	
Religião e Teologia	57	515	18	742	38	773	
Ciências Sociais	278	932	230	601	48	331	
Filologia	88	164	49	724	38	440	
Ciências Puras	231	324	187	863	43	461	
Ciências Aplicadas	287	320	231	181	56	139	
Artes, Recreação, Desportos.	56	987	34	414	22	573	
Literatura	547	904	286	472	261	432	
Geografia, História e Biografia .	241	410	118	761	122	649	
<u>Segundo o idioma</u>							
Português	2 201	843	1 304	606	897	237	
Francês	122	587	91	370	31	217	
Inglês	264	589	200	521	64	068	
Italiano	52	699	38	423	14	276	
Espanhol	107	169	70	367	36	802	
Alemão	43	130	37	256	5	874	
Outros idiomas	22	158	14	310	7	848	

* Bibliotecas com acervo superior a 300 volumes. Não incluídas as bibliotecas de utilização estritamente particular, nem as pertencentes a escolas e cursos de ensino primário médio e a associações recreativas.

XI - COMENTÁRIOS SOBRE ALGUMAS BIBLIOTECAS

Na impossibilidade de acrescentar, aos dados estatísticos das páginas anteriores, outros informes referentes às bibliotecas do Estado, resumimos, a seguir, as notas que obtivemos a respeito de algumas dentre elas.

Biblioteca da Faculdade de Direito (USP)

Bibliotecária-Chefe - Odette de Aguiar Bueno e Castro.

Fontes de informações: a) Spencer Vampré - Conferência no 1º centenário da primeira biblioteca pública de São Paulo, in " O Estado de São Paulo" de 24/4/1925; b) Myriam Ellis - Documentos sobre a Primeira Biblioteca Pública Oficial de São Paulo - Separata da Revista de História n. 30, 1957 ; c) relatórios da chefia da Biblioteca.

Fundação - O Presidente Lucas Monteiro de Barros, " considerando o grande bem que adviria, para o progresso das Artes e Ciências, da fundação de uma biblioteca, resolveu estabelecer uma na Capital, aproveitando para começo, a livraria do falecido bispo da diocese, arrematando-a e unindo-a a que existia no Convento de S. Francisco e que fôra deixada em legado à Religião Franciscana pelo bispo do Funchal."

Acervo - Em 1827, cêrca de 5 000 volumes. Em 1925, 33 325 volumes. Em 1950, 70 100. Em dezembro de 1961, 111 333. (Comparar com os seguintes dados de Escolas de Direito norte-americanas em 1946:

Howard (Washington), 30 mil; Filadelfia (U. da Pensilvânia), 100 mil; Chicago, 115 mil; Ann Arbor, 185 mil; Columbia, 250 mil; Harvard, 623 mil.

O acervo atual abrange a coleção completa dos seguintes jornais: 1) "A Provincia de S. Paulo", hoje "O Estado de São Paulo"; 2) " O Correio Paulistano"; 3) "O Jornal do Comércio". Abrange também "o Farol Paulistano", primeiro jornal impresso de São Paulo (1827-1829), e os jornais acadêmicos da Faculdade. Alguns livros raros: "Opere di Dante", Venetia, 1520; "Ordenações Manoelinas", Sevilha, 1539; "Las Siete Partidas", 1555; "Cultura e Opulencia do Brasil", Antonil, 1711. Revistas (assinaturas, permuta, doações): 1 270 coleções.

Doações recentes - Mais de cinco mil volumes doados pelo prof. Mario Masagão em 1960. Cêrca de cinco mil volumes legados pelo prof. Tulio Ascarelli, e que acabam de ser recebidos. (1961).

Nota curiosa - Em 1826, verificando-se a presença de muitas duplicatas, foi determinado, por "portaria" que as vendessem, e que o produto da venda se applicasse na aquisição de outros livros. Eis os preços da compra e da venda de algumas duplicatas:

<u>Livros</u>	<u>Compra</u>	<u>Venda</u>
Dicionário histórico (9 vol.)	6\$400	9\$000
Sermões de Bourdalque (16 vol.)	8\$000	10\$240
Hist. Nat. Plinio (6 vol.)	4\$000	4\$800
Hist. Universal (120 vol.)	51\$200	80\$000

A compra das 37 obras ficara em 199\$980. A venda alcançou 271\$080. "Lucro da Nação": 71\$100.

A Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo é tida como a maior da América do Sul na respectiva especialidade.

Sôbre a frequência dos alunos à sala de leitura, escreviamos em 1954: "Dividindo-se o total de consultas do triênio 1908-1910 pelo total da matrícula, verifica-se que foram em número de cinco as consultas por aluno e por ano. No triênio 1939-1941, o quociente subiu a quinze. Sinal promissor. Mas em 1952 voltou êsse quociente aos cinco do comêço do século. Efeito da biblioteca circulante? Ou indício de que os moços não têm tempo para ler as grandes obras da rica livraria?" Isto em 1952. Felizmente, os anos de 1955 (52 565 consultas) e 1960 (52 702 consultas), assinalam a retomada do movimento ascencional, com vinte e cinco consultas por aluno. Notar que entre os consulentes estão abrangidos os estranhos ao corpo discente e que êsses estranhos constituíram em 1960, cêrca de 15% da totalidade dos leitores. Das obras consultadas, em 1960, as relativas ao direito representaram mais de 90%. Línguas lidas: português: (30 226 obras); francês, 1367; espanhol, 936; italiano, 571; latim, 111 inglês, 108; outras línguas: 8.

A Biblioteca Circulante da Faculdade de Direito

Bibliotecária-Chefe: - Regina Porto Macedo

Esta Biblioteca, cuja criação foi proposta à Congregação pelo prof. Almeida Júnior na sessão de 12-1-1950, e cuja instalação se deve ao diretor dêsse tempo, prof. Braz de Souza Aruda, tomou por modelo a secção circulante da Biblioteca Municipal (secção dirigida nessa época pelo sr. Francisco Azevedo). Houve desconfiança quanto à novidade, receiando-se sobretudo o extravio de obras de valor; mas ficou desde logo entendido que estas como é de uso universal, não figurariam na Biblioteca Circulante.

Damos a seguir, os apontamentos que, sobre o movimento da Biblioteca Circulante, nos foram proporcionados pela respectiva Bibliotecária-Chefe.

<u>Anos</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Empréstimos</u>	<u>Emp. p/inscrito</u>
1952	585	10 508	17,9
1954	548	19 526	35,6
1956	713	23 804	33,3
1958	776	29 202	37,6
1960	718	33 125	46,1

As ciências sociais têm a primazia na procura: em 1960, para o total de 33 125 empréstimos, 26 308 (isto é, 79%) eram daquele ramo. Vinham após, por ordem decrescente: a literatura, com 4 111 empréstimos, a filosofia, com 1 064, a história, geografia e biografia, com 734, a filologia, com 499; a religião com 118, as ciências puras, com 80; as ciências aplicadas, com 76; as belas artes, com 74; as obras gerais, com 61.

Quanto às obras jurídicas (incluídas nas ciências sociais), o direito civil está em primeiro lugar (4 176); o processo civil e comercial está em segundo (3 101); o direito penal em terceiro (2 853); o direito comercial em quarto (2 662); o direito social em quinto (2 219); o direito constitucional em sexto (1 510); o direito romano em sétimo (1 253); o processo penal em oitavo (1 231); o direito administrativo em nono (11 015); o direito internacional público em décimo (868); a

filosofia do direito em décimo primeiro (767); a medicina legal em décimo segundo (680); as generalidades sôbre o direito, em décimo terceiro (528); a teoria do direito, em décimo quarto (456); e o direito internacional privado em décimo quinto (416). A língua portuguesa é, como se deveria esperar, a mais lida de tôdas, e com grande margem: das 218 172 obras emprestadas durante os dez anos iniciais da Biblioteca, 201 161 eram em português. Vinha depois o francês, que a despeito de tudo continua a ser, no curso jurídico, o idioma estrangeiro mais lido: 8 967 obras nessa língua, durante o decênio (isto é, 4,1%). As demais seguem esta ordem: espanhol, 3 061; italiano, 2 420; inglês, 2 235. O latim, com 234 empréstimos durante o decênio, e o alemão, com 94, encerram a enumeração.

* * * *

Biblioteca da Escola Paulista de Medicina

Bibliotecária-Chefe: Dinah Ap. Aguiar Poblacion

O que nos leva a mencionar esta biblioteca, é a modernidade de suas instalações (inauguração em 12-11-1960). O prédio para cuja construção cooperou o auxílio do Ponto IV, abrangendo, além das acomodações usuais, uma sala de música erudita, uma para exposições científicas, de filatelia e de fotografias, uma sala de referência e duas para estudos em grupo. Capacidade para 175 000 volumes. Tem a seu serviço seis bibliotecárias diplomadas.

* * *

Biblioteca Municipal Mário de Andrade (Capital)

Fundação: 1925. Modernização: a partir de 1935.

Director: Francisco de Azevedo.

Acervo: - da biblioteca central: 400 000 livros
(o maior acervo de biblioteca brasileira, após o da Biblioteca Nacional).

50 000 publicações periódicas encadernadas.

Secções circulantes da Biblioteca Municipal

Localização: Secção central: anexa à Biblioteca;
secções dos bairros: a) Tatuapé;
b) Santana; c) Múoca; d) Lapa. e) Ipiranga.

Acervo global: 62 141 volumes.

Movimento de 1961 (até nov.): matrículas novas nos bairros, 2 372; matrículas novas na secção central, 6 955; em préstimos nos bairros, 93 025; empréstimos na secção central, ... 129 179.

* * *

A rede de bibliotecas do SESI

O Serviço Social da Indústria (SESI), entidade criada pelo decr to-lei nº 9 403, de 25-6-1946, mantém uma Divisão de Educação Fundamental (Diretora - Maria Braz), com uma subdivisão de Extensão Cultural (Chefe: Zélia de Moura), a que se subordina o Serviço de Bibliotecas (Supervisora: Maria Helena Brandão).

O Serviço de Bibliotecas é constituído pelos seguintes elementos:

1. Caixas-Estantes - Em número de 500, as caixas são en -

viadas periodicamente às indústrias da Capital e do Interior de São Paulo. Cada uma contendo mais ou menos 80 livros, permanece na indústria durante sete meses e a seguir é substituída. O serviço de empréstimos fica a cargo de um membro da indústria local. Acervo da totalidade das caixas: superior a 73 000 volumes

2. Carro-Biblioteca - Percorre 16 bairros operários da Capital, voltando ao mesmo local após 15 dias para a devolução dos livros e novos empréstimos. Os leitores são orientados por uma bibliotecária.

3. Bibliotecas circulantes - São em número de cinco: três na Capital e duas no Interior (Santos e Campinas). Destinam-se aos beneficiários da entidade e ao público em geral.

4. Bibliotecas especializadas - São em número de oito: Higiene e Segurança Industrial, Pedagogia, Teatro, Assistência à Família, Recreação, Higiene Mental, Alimentação, Orientação Social. Possuem livros e recebem periódicos - estes e aqueles ligados às respectivas especialidades.

OBSERVAÇÃO - Não existe no Estado, presentemente, nenhum aparelho coordenador das atividades da rede paulista de bibliotecas. Estamos informados, entretanto, de que a partir de janeiro próximo entrará a funcionar para esse fim a Sub-Comissão de Bibliotecas, dependência da Comissão Estadual de Literatura da Secretaria do Governo.

oo -- oo

C O N C L U S Õ E S

1. A "biblioteca" moderna deixou de ser ãa mera coleção de livros, protegida ciosamente, outrora, contra o contato do povo, para converter-se em órgão ativo, tanto de difusão cultural e de recreio como de especialização científica.

2. Emparelhada agora, em suas funções e em seu grau de penetração, com o sistema escolar comum ou especializado, a biblioteca da atualidade reclama bibliotecários de formação técnica aprimorada, que conheçam perfeitamente o ofício e o exerçam com a consciência da sua alta responsabilidade.

3. Devenos reconhecer que já existe no Estado de

São Paulo, pelo menos desde 1935, um movimento de crescente intensidade, no sentido da renovação e expansão do nosso sistema de bibliotecas públicas - movimento do qual o índice mais expressivo é a Biblioteca Municipal da Capital paulista.

4. Como decorrência dêsse movimento, nasceram as atuais Escolas de Biblioteconomia, inspiradas nos padrões norte-americanos e responsáveis pela formação, até hoje, de várias centenas de bibliotecários de tipo moderno.

5. Para que aumente, como é necessário que aconteça, a matrícula das nossas Escolas de Biblioteconomia, impõe-se que os empregadores (a começar pelo Estado), assegurem aos Bibliotecários diplomados: a) o privilégio das nomeações; b) padrões de vencimentos correspondentes ao nível de seus cursos; c) o propósito de incrementar o crescimento da rede de bibliotecas, como o exige o interesse público.

6. A rede de bibliotecas municipais do Estado é ainda modesta, pois em 1959, dos 505 municípios paulistas instalados, somente 134 (ou 26%) acusaram a presença dessa instituição.

7. No referido ano de 1959, entre os 371 municípios que não acusaram a presença de biblioteca pública, figuravam não apenas os de reduzida população urbana (inferior a ... 4 000), mas também 41 municípios de população urbana entre 4 mil e 8 mil habitantes, e 22 com população urbana entre 8 mil e 28 mil habitantes. Parece-nos imprescindível que o Executivo e o Legislativo dêsses municípios se empenhem para que a lacunase ja preenchida.

8. As bibliotecas circulantes (ou a simples possibilidade de empréstimos nas bibliotecas comuns) estão ganhando terreno entre nós, com grande vantagem para o incremento na estatística das consultas.

9. O Serviço Social da Indústria (SESI), com suas bibliotecas circulantes, suas caixas-estantes e seu carro-biblioteca, está pondo em prática uma iniciativa das mais interessantes para o nosso meio, e que merece ser imitada tanto pelas autarquias congêneres como pelos municípios que pretendam levar os benefícios do livro às suas aglomerações suburbanas e aos núcleos rurais mais populosos.

São Paulo, 19 de dezembro de 1961

A. Almeida Júnior
relator